

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

HUGO CORDEIRO MOTA PINHEIRO

A INFLUÊNCIA DO SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NA IMIGRAÇÃO DE
BOLIVIANOS E HAITIANOS NO SÉCULO XXI

Rio de Janeiro
Dezembro de 2017

HUGO CORDEIRO MOTA PINHEIRO

**A INFLUÊNCIA DO SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NA MIGRAÇÃO DE
BOLIVIANOS E HAITIANOS NO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof. Dr Rodrigo Castelo.

Rio de Janeiro
Dezembro de 2017

Sxxx Pinheiro, Hugo.
A influência do subimperialismo brasileiro na migração de bolivianos e haitianos no século XXI / Hugo Pinheiro - 2017. xx f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

1. Migração. 2. Imperialismo. 3. Subimperialismo.
4. Dependência.

CDU:xxxxxx

HUGO CORDEIRO MOTA PINHEIRO

**A INFLUÊNCIA DO SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NA MIGRAÇÃO DE
BOLIVIANOS E HAITIANOS NO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Serviço Social
da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.

Aprovado em ____ de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Rodrigo Castelo (orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Bruno José de Oliveira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Áurea Dias
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Jacira e Wilton (carinhosamente conhecido como Dil), por dedicarem sempre o máximo de suas vidas a mim, por moverem céus e terra para eu ter chegado até aqui. São meus melhores amigos, meus maiores conselheiros e meus fãs mais entusiasmados. Uma vida seria muito pouco para devolver tudo o que já fizeram por mim.

À minha avó Noêmia, que, infelizmente, não pôde testemunhar esta etapa concluída por mim. Ficam na lembrança e no coração os momentos de cuidado, atenção e carinho que teve por mim, um combustível que faz a vida menos dolorosa e mais cheia de esperança.

Ao Rodrigo Castelo, orientador e camarada, que me auxiliou nesta difícil empreitada que é fazer uma monografia, cuidou de forma atenta deste processo e fez dele um caminho mais tranquilo e proveitoso. Aprendi muito e só tenho a agradecer por tudo. Muito obrigado!

Aos meus colegas de turma: Elton, Juliana Santiago, Jurema, Mariana Cupertino, Pamella e Viviane. Mais que colegas de turma, são amigos que fiz na Unirio e que levarei no coração e na vida. Cada um/a, à sua maneira, me inspirou a lutar e a não desistir de chegar até aqui, seja pela persistência diária, seja pelo amor e pelo carinho de um animar o outro. Amo vocês!

Aos professores, Bruno José de Oliveira, Carla Sartor, Giselle Souza, Janaína Bilate, Lobelia Faceira, Morena Marques, Rafaela Ribeiro, Susi, Tatiana Brettas, Vanessa Bezerra, Altineia Neves e Maria Cecília Mansur. Cada um teve grande importância na minha formação, sou muito grato pelos conhecimentos adquiridos durante todo o decorrer de pouco mais de quatro anos de graduação.

Aos técnicos, Álvaro, Bruno e Diego, que sempre buscaram fazer o melhor por cada aluno e cada professor que a eles solicitassem algo, me proporcionaram momentos de boas conversas entre um pedido de declaração e outro.

Às minhas supervisoras de campo, Sany Ornellas e Marina Alecrim, que me ajudaram a entender a profissão para além da teoria. Aprendi muito com vocês nos dois anos de estágio. Muito obrigado pelo carinho com o qual fui tratado e pela dedicação.

Aos amigos que fiz na Unirio: Bárbara Fernandes, Cleyton, Gabriela Guimarães, Giovanna Cinacchi, Giulia Cavalcante, Isabel Barbosa, Luciano Moreira,

Sylvia Alves e Taiane Batista. São presentes que a Universidade me deu e que levarei para sempre.

À minha professora e amiga, Iara Faria, uma das pessoas que mais me incentivou a escrever. Uma pessoa amorosa e muito comprometida com sua profissão. Sou muito sortudo por tê-la conhecido e ter sua amizade.

À Tatiana Jardim e ao João Rafael, pessoas que me apresentaram, respectivamente, a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e a União da Juventude Comunista (UJC). Sou muito grato a vocês!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a correlação entre o subimperialismo brasileiro e a imigração de haitianos e bolivianos no século XXI. Neste caso, observar a formação econômico-social da economia dependente, a transformação na hierarquia da economia e da geopolítica global na qual alguns países dependentes passam de meros espaços de recepção de capital exportado a exportadores de capital. Ademais, compreender os limites e as possibilidades de expansão do Brasil como nação subimperialista perante as potências imperialistas e os entraves provocados pelo caráter dependente de sua expansão.

Por fim apreender e ponderar a transformação da política externa brasileira, sua influência na América Latina via expansão de empresas – públicas e privadas – para os países dessa região que data da década 1960, com o advento da ditadura empresarial-civil-militar. Com a devida mediação histórica mais recente, tal contexto traz para o Brasil do século XXI o fortalecimento de uma tradição de recepção de imigrantes, mediada entre políticas imigratórias deficitárias no âmbito da garantia de direitos básicos a essa população e a suscetibilidade desses imigrantes à submissão de trabalhos degradantes, muitas vezes em condições análogas à escravidão.

Palavras-chave: Migração; Imperialismo; Subimperialismo; Dependência.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the correlation between the Brazilian subimperialism and the immigration of Haitians and Bolivians in the 21st century. In this case, to observe the economic-social formation of the dependent economy, the transformation in the hierarchy of the economy and the global geopolitics in which some dependent countries go from mere spaces of reception of exported capital to exporters of capital. In addition, to understand the limits and the possibilities of expansion of Brazil as a sub-imperialist nation before the imperialist powers and the obstacles provoked by the character dependent of its expansion.

Finally, to understand and reflect the transformation of Brazilian foreign policy, its influence in Latin America, through the expansion of companies - public and private - to the countries of this region dating to the 1960s, with the advent of the business-civil-military dictatorship. With the most recent historical mediation, this context brings to Brazil of the XXI century the strengthening of a tradition of receiving immigrants, mediated by impoverished immigration policies in the scope of guaranteeing basic rights to this population and the susceptibility of these immigrants to the submission of degrading work, often in conditions analogous to slavery.

Keywords: Migration; Imperialism; Sub-imperialism; Dependency.

SUMÁRIO

1.	Introdução	10
2.	Acumulação primitiva, mobilidade do trabalho e questão social	13
2.1.	Acumulação primitiva: a gênese das relações sociais do modo de produção capitalista	13
2.1.1.	<i>Migração do trabalhador e expropriação: o uso da violência em distintas expressões no contexto da acumulação primitiva</i>	16
2.2.	Exército industrial de reserva e a etapa da acumulação capitalista primitiva	19
2.3.	Os sentidos da mobilidade do trabalho: o trabalhador transformado em mercadoria de valorização do capital	27
2.4.	A formação da classe trabalhadora e as expressões da questão social	32
2.4.1.	<i>Questão social e as lutas de classe</i>	35
3.	A consolidação do capitalismo como modo de produção e de reprodução das relações sociais de trabalho	39
3.1.	Capitalismo concorrencial e o surgimento de um mercado mundial	39
3.2.	Imperialismo: estágio de formação dos grandes monopólios capitalistas	44
3.2.1.	<i>Imperialismo: reprodução ampliada do capitalismo concorrencial</i>	44
3.2.2.	<i>Imperialismo clássico: forma e desdobramentos</i>	47
3.3.	O imperialismo estadunidense: articulação do modelo de produção fordista ao alargamento das ações do Estado	54
3.4.	O Estado dependente como expressão da relação imperialismo-dependência na Nova Divisão Internacional do Trabalho	60
3.4.1.	<i>Dependência, capitalismo dependente e Estado dependente</i>	62
4.	O Brasil no século XXI e os fenômenos causais da imigração boliviana e haitiana	67
4.1.	Subimperialismo e a particularidade brasileira	67
4.2.	O subimperialismo brasileiro: trajetória e intervenções na Bolívia e no Haiti	72
4.3.	Fluxos migratórios no Brasil do século XXI, dinâmica de superexploração da força de trabalho imigrante e a importância das remessas de dinheiro	76
4.3.1.	<i>Políticas brasileiras de imigração: história e atualidade</i>	81
	Considerações finais	86
	Referências	88

1. Introdução

Os fluxos migratórios são fenômenos imanentes ao processo do desenvolvimento sócio-histórico humano, pelos quais os seres humanos ocuparam os continentes e, por conseguinte, os espaços no globo. Contudo, a emergência do capitalismo como modo de produção e suas faces social, política e econômica deram uma nova dinâmica aos processos migratórios. Tal assertiva se deu pelo sócio-metabolismo do sistema capitalista, o qual exige, em seu âmago, dar condições de manutenção à lei geral de acumulação capitalista.

É na conjuntura de exaurimento da capacidade de dar manutenção à lei geral de acumulação do capital que transformam algo presente em todo processo histórico humano numa crise global. Além disso, incentivado por boa parte dos países imperialistas, sobretudo no pós-Segunda Guerra, a imigração foi fulcral na reconstrução desses países que, assolados pela guerra, precisavam de substancial força de trabalho, normalmente alocadas nos setores de base da produção. Essa grande massa de trabalhadores chegou para suprir também o quantitativo de homens natos dos países centrais que morreram na empreitada imperialista, na avidez em garantir matérias-primas e mercado consumidor.

A partir do exposto, cabe ir ao âmago da questão, que envolve a base pela qual fora dada condição à acumulação capitalista, condição *sine qua non* para sua materialização: a acumulação primitiva. Karl Marx ([1867] 2013) aponta que para objetivar a acumulação do capital, há como pressuposto a extração da mais-valia ou mais-valor; este, por sua vez, pressupõe a produção capitalista. A produção capitalista exige a concentração de grandes massas de força de trabalho e de capital nas mãos dos produtores de mercadorias. Tais elementos sintetizam o movimento pelo qual se objetivam a acumulação capitalista, apontando para a acumulação primitiva não como desdobramento da acumulação do capital, mas, ao contrário, é seu ponto de partida.

A questão da crise migratória que teve como marco inicial o ano 2015, momento no qual diversos trabalhadores africanos e asiáticos buscavam sair da situação de instabilidade política e econômica e buscavam melhores condições individuais de trabalho. Contudo, este movimento teve de lidar com a repressão dos Estados europeus cada vez mais intensificada e seletiva à imigração associada ao crescimento do discurso xenofóbico na Europa. Há uma reprodução tanto por parte da sociedade civil quanto por parte dos países a reprodução de práticas realizadas

pelos Estados Unidos a imigrantes com baixa qualificação técnico-científica e pauperizados que tentam entrar no país.

Haja vista a importância do tema atualmente, o Serviço Social brasileiro, por meio de sua entidade representativa, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), construiu um evento intitulado *Seminário Nacional, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais*, ocorrido nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2016, em Belém, estado do Pará. O debate incipiente dentro da categoria profissional de assistentes sociais articulou-se a um desejo individual antigo de escrever sobre temas da área internacional – como geopolítica e economia internacional – e motivou os estudos sobre fluxos migratórios apresentados nesta monografia.

A base teórica pela qual este trabalho foi produzido é o materialismo histórico-dialético, visto que este método de análise permite uma compreensão mais aprimorada da totalidade dos fenômenos – neste caso, a imigração de haitianos e bolivianos no Brasil. Ademais, este método permite também compreender que a realidade não é estática, mas constituída dialeticamente

Assim, os autores utilizados neste trabalho são majoritariamente alinhados à perspectiva da tradição marxista e da teoria marxista da dependência. Apresentam-se, aqui, de forma a criar um entendimento mais amplo da formação do capitalismo, seja na sua gênese, seja nas etapas de sua evolução e seus desdobramentos como sistema de produção e reprodução social. Autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, Perry Anderson, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Jaime Osorio e Mathias Luce são utilizados para tal fim

Isto posto, este trabalho se divide em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a gênese do capital com o advento da acumulação primitiva, a formação orgânica do capital. Ademais, busca compreender o processo de formação da classe trabalhadora, a compreensão da mobilidade da força de trabalho como uma das necessidades do sistema capitalista e das expressões da questão social na contradição entre capital e trabalho.

O segundo capítulo se segundo, os estágios de evolução e adensamento do capital, compreendendo as etapas concorrencial, imperialista clássica e sua posterior resultante. Articulado a isso, há uma busca por elementos que correlacionem o imperialismo e a dependência, em que os Estados imperialistas empenham-se em renovar de forma distinta a relação de dependência histórica das regiões dependentes. Por outro lado, mostrar a relevância das formações

econômico-sociais dos Estados dependentes que favoreçam o processo de superexploração da força de trabalho, além de localizar esses Estados na geopolítica e na economia global.

O terceiro capítulo se apresenta alinhado à compreensão da formação de Estados subimperialistas e a particularidade brasileira. Isto é, a relevância da formação do subimperialismo como uma forma de atender as necessidades do capital, articulando dependência, superexploração da força de trabalho, expansão para nações com maior grau de dependência e exportação de capitais. Por fim, compreender a expansão subimperialista brasileira como fenômeno causal da imigração de haitianos e bolivianos no século XXI.

2. Acumulação primitiva, mobilidade do trabalho e questão social

2.1. Acumulação primitiva: gênese das relações sociais do modo de produção capitalista

Esta seção tem por objetivo analisar e compreender o momento histórico no qual a mobilidade do trabalho e do trabalhador se concretizaram na realidade objetiva, bem como o próprio modo de produção capitalista. Ademais, ressaltar a sociabilidade liberal-burguesa não como resultante de um processo espontâneo do desenvolvimento sócio-histórico humano, mas constituído pelo uso da violência, com vistas a concretizar e legitimar determinada perspectiva político-ideológica de sociedade. Tais considerações se fazem necessárias para adentrar o processo de apreensão da relação orgânica entre acumulação primitiva e mobilidade do trabalho.

Karl Marx, ao se debruçar sobre análise do modo de produção capitalista, trata o fato de a acumulação do capital pressupor a extração do mais-valor e, para tal, este demandar a criação de contingentes substanciais de capital e de força de trabalho sob o domínio dos produtores de mercadorias. A partir da consideração de tais questões, Marx lança mão da categoria acumulação primitiva, de Adam Smith, em que se define o momento histórico dotado da acumulação prévia à acumulação capitalista. Significa dizer que a acumulação primitiva não é resultante ou elemento desenvolvido durante a constituição do modo de produção capitalista, mas sim o ponto de partida do mesmo.

O ponto de partida para constituição da sociabilidade burguesa dependia, entretanto, da construção de um ambiente propício. Neste caso, Marx aponta que esta etapa dependia da defrontação de dois tipos distintos de possuidores de mercadorias, quais sejam: possuidores de dinheiro, de meios de produção e de subsistência; e trabalhadores livres, vendedores de si mesmos. Os primeiros têm por objetivo a busca por meios de valorização do valor que detém, de suas posses, via compra da força de trabalho; os trabalhadores, por sua vez, como vendedores de si mesmos, têm como posse sua força de trabalho, se tornam livres vendedores de trabalho.

Cabe ressaltar que a defrontação entre essas duas classes pressupõe a constituição do trabalhador livre, assim:

Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha

por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desse meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, [1867] 2013, p.786)

O trabalhador, neste processo, é destituído dos meios de produção e de subsistência com o qual mantinha uma relação mais orgânica no desenvolvimento de suas atividades relações sociolaborais – controle do tempo e do ritmo da produção –, ao passo que também não faz mais parte dos meios de produção, tampouco se mantém como propriedade de outrem em relações baseadas em vassalagem e servidão, presentes no período feudal. Há um salto qualitativo no que diz respeito à vinculação entre o trabalhador e os meios de produção: foi convertido em vendedor varejista de força de trabalho, em que o produto a ser vendido é o próprio trabalhador. A acumulação primitiva é o período no qual a força de trabalho se transforma em mercadoria e, como tal, precisa levar sua mercadoria para ser vendida no mercado – processo posterior à subsunção do trabalhador à ingerência das corporações e todas as suas normatizações acerca das atividades laborais que a elas se inscrevem.

Desta feita, este é o processo histórico no qual o produtor direto é transformado em trabalhador assalariado, sendo retirado do jugo da servidão e da vassalagem feudal-absolutista. Não obstante a isso, o trabalhador tem sua liberdade adquirida não pela sua emancipação em sentido *mais amplo*, mas pela sua completa expropriação em relação aos meios de produção, bem como da sua condição autônoma de produzir sua subsistência. Na verdade, o trabalhador tem sua condição de submissão atualizada, transformou-se o produtor subsumido aos desejos do senhor feudal ou do rei em livre vendedor de força de trabalho submetido às demandas do capital – isto é, às demandas do mercado e da incipiente burguesia agora detentora dos meios de produção – e dele constitui-se como assalariado.

A *acumulação primitiva do capital*, então, não é uma resultante do modo de produção capitalista, mas o pressuposto para inaugurar um específico processo de

divisão social do trabalho a ele inerente. As relações sociais neste modo de produção, por sua vez, estão pautadas na extração da mais-valia e na concentração da força de trabalho e de capital junto aos grandes produtores de mercadorias que emergiram nesse processo. Neste caso, há uma íntima ligação entre expropriação dos meios de produção, da mobilidade do trabalhador e da transformação do trabalhador em mercadoria de valorização do capital – leia-se: de garantir a manutenção da lei geral de acumulação capitalista.

A acumulação primitiva é, na verdade, o momento histórico no qual se deu o início da implementação de um trabalhador submetido ao capital, transformando a exploração do seu trabalho segundo os moldes capitalistas. Assertiva totalmente distinta dos autores da economia política, que definiam este período como a divisão inicial e espontânea entre dois setores da sociedade: um deles, uma elite que, com o desenvolvimento de suas atividades laborais conseguiu acumular riquezas delas advindas; o outro, composto por pessoas perdulárias que já não tinham nada para vender além de si mesmas.

Assim se desenvolvem as relações sociais capitalistas, baseadas na pobreza de um robusto contingente de pessoas ao passo que a riqueza de um número cada vez mais atomizado cresce de forma substancial. Estes são os fundamentos para a constituição de um modo de produção fundado na violência da pilhagem de terras, do assassinato e, por consequência, a migração compulsória do trabalhador para as cidades. Métodos vistos por Marx no seguinte trecho:

“O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. (...) o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.” (MARX, [1867] 2013, p.786-787)

O modo de produção vindouro demandava, para além da própria aniquilação do modo de produção anterior, a formulação de novo modo pelo qual o trabalhador fosse explorado. Para tal objetivo, foram criados mecanismos de separação entre

camponeses e as terras comunais, “comunais” pelo fato de haver nesse período relações sociais atreladas ao caráter coletivo do uso da propriedade.

O modo de produção capitalista atualizou, na verdade, antigos meios de exploração, mas com incorporação de outros novos. O surgimento de leis, não por acaso, destaca bem qual era o objetivo da nobreza para o conjunto dos trabalhadores na Inglaterra, lugar no qual a acumulação primitiva e a exploração capitalista tiveram espaço de pioneirismo na transformação de ordem societária, seja nos âmbitos social, político, econômico ou cultural. O ponto a seguir traz as ponderações acerca desse processo.

2.1.1. Migração do trabalhador e expropriação: o uso da violência em distintas expressões no contexto da acumulação primitiva

A acumulação primitiva se concretiza na etapa inicial da mudança dos paradigmas nas relações sociais de produção, visto que a vigência das atividades sociolaborais se pautavam até o período feudal “pela partilha do solo entre o maior número possível de vassalos” (MARX, [1867] 2013, p.789). Significa dizer que a opulência de um soberano, assim como a de um senhor feudal, não tinha como fundamentação o registro de rendas, mas sim no quantitativo de súditos que poderiam ser abarcados em seus domínios, bem como o número de camponeses autônomos economicamente.

Assim, a gênese que constituiu os pilares do modo de produção capitalista se tornou factual entre o final do século XV e o início do século XVI, na qual foram lançadas no mercado de trabalho (ainda incipiente) uma camada robusta de trabalhadores livres, a partir da dissolução das estruturas feudais e da desocupação de casas e castelos já habitados neste período. Tal desocupação não fora realizada somente pela sede de poder absoluto por parte da nobreza e pela vontade de dissolver de forma acelerada e violenta essas estruturas, mas também por parte do grande senhor feudal que, ao se opor à Coroa e ao Parlamento, usurpou dos camponeses as terras comunais e delas os expulsou, produzindo uma grande massa de proletários.

Tais ações têm como pressupostos os estímulos advindos do surgimento da manufatura de lã na Inglaterra. A nobreza feudal, por sua vez, se extinguiu pelas grandes guerras feudais e deu lugar à nova nobreza. Esta, alinhada à lógica que associava o dinheiro como condição *sine qua non* de hegemonia e de manutenção

do poder, fez suas divisas baseadas na transformação das grandes lavouras das terras comunais em pastagens de ovelhas para extração de lã. Entretanto, ainda que tenha mudado a lógica, o caráter servil do camponês foi adequado ao conjunto das massas populares, em que se pese a transformação dessas massas em livres vendedores avulsos de trabalho e a transformação dos meios produtivos em capital.

Outra forma de expropriação das massas populares das terras comunais foi por meio do uso da violência durante o período da Reforma que, de forma subsequente, pilhou todas as terras da Igreja católica. Principal proprietária de terras e de outros bens, a pilhagem e conseqüente extinção de seus imóveis jogaram no proletariado camponeses e vassallos que neles habitavam. Os títulos de propriedade das terras da Igreja dados aos camponeses foram confiscados, bem como os títulos feudais de propriedade dados a camponeses e vassallos.

A transformação das terras comunais em propriedades privadas foi constituída por meio da formulação de aparatos legais, transformação esta que nada mais é que a legalização do roubo das terras comunais pelos proprietários fundiários da Inglaterra no período da restauração dos Stuarts. Houve, na verdade, a concretização da abolição da propriedade sob o regime feudal, em que se pese a oneração impingida aos camponeses e ao restante das massas populares por meio de impostos, bem como de leis de assentamento. Algo, entretanto, não repetido no restante do continente europeu por onde passou esse processo de expropriação, no qual foram trabalhadores camponeses foram arrancados de suas terras sem a construção de qualquer maquiagem circunscrita à formalidade burguesa.

Marx expõe outro momento importante desse processo no seguinte trecho:

A “*Glorious Revolution*” (Revolução Gloriosa) conduziu ao poder, com Guilherme III de Orange, os extratores de mais-valor, tanto proprietários fundiários como capitalistas. Estes inauguraram a nova era praticando em escala colossal o roubo de domínios estatais que, até então, era realizado apenas em proporções modestas. Tais terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, por meio de usurpação direta, anexadas a domínios privados. Tudo isso ocorreu sem a mínima observância da etiqueta legal. O patrimônio do Estado, apropriado desse modo fraudulento, somado aos roubos das terras da Igreja – quando estas já não haviam sido tomadas durante a revolução republicana –, constituem a base dos atuais domínios principescos da oligarquia inglesa. Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletário absolutamente livres, provenientes do campo etc. (MARX, [1867] 2013, p.795-796)

Ao final do século XV e no desenrolar do século seguinte, ao pôr em marcha um processo violento de usurpação das propriedades comunais sob o regime feudal,

foi posto em movimento de forma concomitante a transformação das terras de lavoura em terras de pastagens. Contudo, este é o período no qual esses processos se constituem de forma pontual, ligado a uma prática de violência que circunscrevia-se a atos individuais, que duram, de acordo com Marx, cerca de 150 anos. O salto qualitativo só acontece no século XVIII, momento no qual há uma instrumentalização mais sistemática dos aparatos jurídico-legais a fim de torná-los instrumento de expropriação das terras das massas populares – ainda que os grandes proprietários de terras não tenham se eximido de utilizar táticas como assassinato, queimas de terras e de casas, além de quaisquer outras formas mais diretas de violência.

Marx traz ainda a associação da forma legal de expropriação das terras comunais – roubo constituído no Parlamento inglês pelas *Bills for Inclosures of Commons* – às ações diretas de privação dos lavradores de suas terras pelo “clareamento das propriedades rurais” ou *clearing of estates*, com o objetivo de retirar qualquer vida humana das propriedades comunais. Neste caso, há um processo de subtração das terras de moradia – das casas de campo chamadas *cottages* – e de desenvolvimento das atividades agrícolas dos trabalhadores desse período. A violência empreendida no furto das terras comunais e da Igreja católica e a transformação das terras de lavoura, das propriedades feudais e dos clãs em propriedades da agricultura capitalista forçaram a migração de uma massa substancial de trabalhadores – agora livres – para a incipiente manufatura urbana na forma de proletariado.

Expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiram se ajustar à disciplina da nova situação. (MARX, [1867] 2013, p.805)

O fato de constituir duas classes em que se confrontam – a saber: os donos dos meios de produção e os donos exclusivos da sua força de trabalho – não é o suficiente para desenvolver com êxito as relações sociais de produção nos moldes do modo de produção capitalista. Há como necessidade fundamental a partir desse confronto, não a obrigação dos trabalhadores a venderem a si mesmos pelo uso da violência, mas desenvolver um processo no qual o trabalhador venda sua força de trabalho por ser educado a vendê-la, por se constituir como hábito ou tradição, bem como o reconhecimento dessa relação de compra e venda como leis naturais e dogmáticas por parte desse incipiente proletariado urbano (MARX, [1867] 2013).

Todos esses elementos são incrementados no próprio desenvolvimento do sistema capitalista, em que se pese a produção ininterrupta de uma superpopulação relativa que mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, mantendo os salários baixos e proporcionando a otimização das condições objetivas à valorização do capital que, alinhados à dominação exercida pelo capitalista sobre os trabalhadores nas relações sociais de produção, corroem toda a resistência do conjunto dos trabalhadores à dinâmica do modo de produção capitalista.

A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso atual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais de produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. Diferente era a situação durante a gênese do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção do mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (MARX, [1867] 2013, p.808-809)

Todo esse processo se constitui na mobilidade compulsória do trabalhador do campo para a cidade, a fim de inaugurar as relações sociais de produção nos moldes capitalistas. A próxima etapa é, necessariamente, a instituição factual dessas relações para sua doravante complexificação. A próxima seção abordará a acumulação capitalista e seus pormenores.

2.2. Exército industrial de reserva e a etapa da acumulação capitalista

Cabe ressaltar que a liberação do trabalhador, seja pelo uso da violência, de aparatos jurídico-legais, ou pela combinação destes elementos, não esgota a compreensão das diferentes dimensões constituintes do âmago do capitalismo. A separação entre o trabalhador e os meios de produção e de subsistência e a mobilidade do trabalhador são, na verdade, os pontos fundamentais para engendramento e manutenção da sociabilidade burguesa. O objetivo desta seção é trazer como o aumento do capital e o doravante processo de acumulação influenciaram na formação social e histórica da classe trabalhadora.

Diz Marx, no capítulo 23 de *O Capital*, que a composição do capital deve ser compreendida sob dois aspectos. O primeiro, referente ao aspecto do valor, determinada pela proporcionalidade entre capital constante (valor dos meios de produção) e capital variável (valor da força de trabalho) à qual é repartido o capital, bem como a soma total dos salários. O outro, inscrito no âmbito da matéria, se refere

à dinâmica do capital no processo de produção, determinada pela divisão entre meios de produção e força viva de trabalho e em que se mede a proporção do emprego da massa dos meios de produção e o quantitativo exigido de trabalho a ser empregado nesses meios de produção. Respectivamente, definidas como composição do valor e composição técnica do capital.

Pelo fato de possuírem íntima ligação na composição do capital, onde a composição do seu valor é determinada pela sua composição técnica, visto que reflete também as modificações desta, Marx apreende a composição do capital como composição orgânica do capital.

O crescimento de capital implica o crescimento de seu componente variável, ou seja, daquele componente que se converte em força de trabalho. Uma parte do mais-valor transformado em capital adicional tem de se reconverter sempre em capital variável ou fundo adicional de trabalho. Supondo-se que, permanecendo iguais as demais circunstâncias, a composição do capital se mantenha inalterada, ou seja, que para pôr em movimento determinada massa de meios de produção ou de capital constante seja necessária sempre a mesma massa de força de trabalho, é evidente que a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores crescerão proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresça este último. Como o capital produz anualmente um mais-valor, do qual uma parte é anualmente adicionada ao capital original; como esse incremento mesmo aumenta a cada ano com o volume crescente do capital já em funcionamento; e como, por fim, sob o acicate particular do impulso de enriquecimento, como a abertura de novos mercados, de novas esferas para a aplicação de capital em decorrência das necessidades sociais recém-desenvolvidas etc., a escala de acumulação pode ser subitamente ampliada por uma mudança na divisão do mais-valor ou do mais-produto em capital e renda, as necessidades da acumulação do capital podem sobrepujar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, e a demanda de trabalhadores pode sobrepujar sua oferta, acarretando, com isso, o aumento dos salários. (MARX, [1867] 2013, p.689-690)

Isto posto, significa que há um crescimento anual de trabalhadores alocados em comparação ao ano anterior e, assim, haverá um processo de saturação no qual as necessidades da acumulação do capital ultrapassarão a oferta de trabalho – o que ocasiona o aumento no salário. Entretanto, ainda que as condições de manutenção e multiplicação dos assalariados tenham sido em certa medida favoráveis, a base de fundamentação do modo de produção capitalista se mantém inalterada.

Neste caso, a reprodução “simples” do sistema capitalista reproduz de forma contínua as relações sociais de produção dentro de seus moldes, nos quais se confrontam capitalistas e assalariados: ao tornar factível o processo de acumulação/valorização do capital, tanto mais ampliadas também se tornam essas relações de produções, onde se confrontam mais capitalistas e um contingente ainda maior de

assalariados. Há, por conseguinte, uma relação orgânica entre a reprodução da força de trabalho e sua incorporação constante ao capital como instrumento de valorização deste, relação pautada na subsunção do trabalhador ao capital, e expresso na venda do trabalhador ao capitalista. Significa dizer que a reprodução e multiplicação do proletariado são, também, a etapa de reprodução e de ampliação do capital.

Todos esses elementos foram considerados, na teoria dos economistas clássicos, como um período largamente mais favorável ao conjunto dos trabalhadores, ou como um período no qual a submissão da classe trabalhadora ao capital tinha sido constituída sob um aspecto de suavidade e de passividade. Entretanto, ao se confrontar o próprio processo de gênese do capital já exposto na primeira seção – a acumulação primitiva –, há um momento em que a relação de dominação e exploração pelo capital se expande, de modo que a dimensão da exploração se amplia quantitativamente ao conjunto dos trabalhadores, concomitantemente à ampliação dos campos de atuação do próprio capital. Há, na verdade, com o crescimento do capital, uma transformação na forma de exploração do trabalho sob os marcos das relações sociais de produção capitalista, com vistas a ampliar sua intensidade e seu vínculo em diferentes espaços simultaneamente¹.

Marx, ao expor a relação entre expansão do capital e expansão da exploração do trabalho, observa o objetivo do modo de produção capitalista e as condições de subsistência do conjunto da classe trabalhadora.

[...] Do próprio mais-produto crescente desses súditos, crescentemente transformado em capital adicional, refluí para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de modo que podem ampliar o âmbito de seus desfrutes, guarnecer melhor seu fundo de consumo de vestuário, mobília etc. e formar um pequeno de reserva em dinheiro. Mas assim como a melhoria do vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não suprimem a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco suprimem as do assalariado. O aumento do preço do trabalho, que decorre da acumulação do capital, significa apenas que, na realidade, o tamanho e o peso dos grilhões de ouro que o trabalhador forjou para si mesmo permitem torná-las menos constringentes. Nas controvérsias sobre essa questão, deixou-se geralmente de ver o principal, a saber, a *differentia specifica* [diferença específica] da produção capitalista. A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável

1 Cf. FONTES, 2010.

na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. (MARX, [1867] 2013, p.694-695)

Assim, ainda que o modo de produção capitalista garanta condições mais favoráveis à venda da força de trabalho² (com as devidas mediações sobre se mais ampliadas ou reduzidas), essa venda é a mola propulsora desse sistema produtivo, é também instrumento da reprodução da riqueza como capital de forma mais ampliada, sendo necessária sua ininterrupta utilização nas relações sociais de produção (sua constante revenda).

Isto posto, Marx aponta que o salário sempre segue acompanhado de uma quantidade de trabalho desenvolvido pelo trabalhador não pago pelo burguês, em que se pese o processo de elevação do salário acompanhado do aumento do preço do trabalho – o aumento do salário demonstra, na melhor das possibilidades, a tendência à redução da quantidade de trabalho não pago arrancado do trabalhador. Elevação do salário e do preço do trabalho, entretanto, não põem em xeque o sistema capitalista, visto que eles não extinguem a exploração do trabalhador – se a qual o modo de produção capitalista não sobrevive. Neste caso, o aumento do preço do trabalho, que se deriva da acumulação do capital, não é um óbice à acumulação; ao contrário, pode fazer com que o capital se valorize de forma mais acelerada, inclusive.

Ou o preço do trabalho continua a subir porque seu aumento não perturba o progresso da acumulação; e nisso não há nada de surpreendente, pois, como diz A. Smith, “mesmo se os lucros diminuem, os capitais continuam a aumentar, e até crescem com mais rapidez do que antes. [...] Um grande capital, ainda que os lucros sejam menores, cresce geralmente mais rapidamente do que um capital pequeno cujo lucro seja grande” (ibidem, p.189). É evidente, nesse caso, que uma redução do trabalho não pago não prejudica de modo nenhum a ampliação do domínio exercido pelo capital. – Ou então, e este é o outro termo da alternativa, a acumulação se afrouxa graças ao preço crescente do trabalho, que embota o acicate do lucro. A acumulação decresce, porém, ao decrescer desaparece a causa de seu decréscimo, a saber, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. O próprio mecanismo do processo de produção capitalista remove, assim, os empecilhos que ele cria transitoriamente. O preço do trabalho cai novamente para um nível compatível com as necessidades de valorização do capital, seja esse nível inferior, superior ou igual ao que se considerava normal antes do advento do aumento salarial. Vemos que, no primeiro caso, não é a diminuição no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população operária que torna excessivo o capital, mas, por outro lado, é o aumento do capital que torna insuficiente a força de trabalho explorável. No segundo caso, não é o aumento no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna insuficiente o capital, mas, ao contrário, é a diminuição do capital

² Estas condições se referem à mobilidade da força de trabalho, isto é, à sua compra e venda pela maior absorção de força de trabalho nos espaços alocados pelo capital.

que torna excessiva a força de trabalho explorável ou, antes, seu preço. São esses movimentos absolutos na acumulação do capital que se refletem como movimentos relativos na massa da força de trabalho explorável e, por isso, parecem obedecer ao movimento próprio desta última. [...]. Assim, por exemplo, na fase de crise do ciclo industrial, a baixa geral dos preços das mercadorias se expressa como aumento do valor relativo do dinheiro, ao passo que, na fase de prosperidade, a alta geral dos preços das mercadorias se expressa como queda do valor relativo do dinheiro. (MARX, [1867] 2013, p.696)

No trecho acima há uma explicação pormenorizada da lei de produção capitalista, constituindo a relação entre capital, seu respectivo processo de acumulação e a taxa salarial envolvida nesse processo. E, como exposto, longe de ser uma lei natural, a relação intrínseca entre capital, acumulação e taxa salarial, materializa, na verdade, a transformação do trabalho não pago em capital e, conseqüentemente, a extração do trabalho adicional transformado em capital adicional. Aqui, capital e população trabalhadora não se colocam como dimensões independentes no processo de acumulação capitalista; mas, ao contrário, mantêm uma relação orgânica na qual o capital se constitui pela quantidade dos trabalhos pago e não pago pelo conjunto dos trabalhadores.

Ao partir da premissa que o quantitativo de trabalho não pago fornecido pelo conjunto dos trabalhadores e acumulado pelos capitalistas se eleva com velocidade tal que permite transformá-lo em capital apenas com um acréscimo de grande magnitude de trabalho pago, o salário se eleva proporcionalmente à queda do trabalho não pago. Entretanto, assim que o sobretrabalho (mais-trabalho) não for mais extraído numa quantidade que alimente o capital, no sentido de pôr em xeque sua manutenção, há como resultantes a diminuição da renda capitalizada, desaceleração do processo de acumulação e interrupção da elevação do salário. O aumento do preço da força de trabalho está condicionado aos limites da manutenção das bases do sistema capitalista, assegurando sua reprodução de forma crescente.

Longe de ser uma lei da natureza, a lei de acumulação capitalista se materializa também na acumulação oriunda da manutenção ininterrupta da exploração do trabalho e na elevação do preço do trabalho limitado a não colocar a reprodução – em escala ampliadas ou não – das relações sociais e laborais inerentes ao sistema capitalista. O trabalhador, assim, tem como principal objetivo satisfazer as necessidades de valorização do capital em detrimento da própria satisfação humano-genérica, da satisfação do trabalhador. Marx expõe que, o ser

humano, neste modo de produção, é dominado por aquilo que criara, a criatura domina seu criador, o capital domina o homem.

[...] o grau social de produtividade do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto durante um tempo dado, com a mesma tensão da força de trabalho. A massa dos meios de produção com que ele opera aumenta com a produtividade de seu trabalho. Esses meios de produção desempenham nisso um duplo papel. O crescimento de uns é consequência, o de outros é condição da produtividade crescente do trabalho. Por exemplo, com a divisão manufatureira do trabalho e o emprego da maquinaria, mais matéria-prima é processada no mesmo espaço de tempo e, portanto, uma massa maior de matéria-prima e de matérias auxiliares ingressa no processo de trabalho. Essa é a consequência da produtividade crescente do trabalho. Por outro lado, a massa de maquinaria empregada, dos animais de trabalho, do adubo mineral, das tubulações de drenagem etc. é condição da produtividade crescente do trabalho. Também o é a massa dos meios de produção concentrados em prédios, altos-fornos, meios de transporte etc. Seja ele condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a produtividade do trabalho. O aumento desta última aparece, portanto, na diminuição da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção que ela movimenta ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em comparação com seus fatores objetivos. (MARX, [1867] 2013, p.698-699)

O trecho acima explicita a composição do capital e suas variações, que pode estar dotada de um aumento da massa dos meios de produção, se comparada à massa da força de trabalho posta nas atividades da produção capitalista – na qual se materializa a composição de valor do capital –, ou seja, a depender do momento, há um aumento do capital constante em detrimento do capital variável. A lei do aumento ininterrupto do capital constante se expressa nos preços das mercadorias, sua análise pressupõe a compreensão da forma pela qual o capitalismo se desenvolve e pelo grau de desenvolvimento das relações sociais de produção alcançado sob seus marcos, em diferentes partes do mundo – haja vista a tendência do modo de produção capitalista à internacionalização. Neste caso, “a parte constante do capital, estará na razão direta, a grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalho ou a parte variável do capital, estará na razão inversa do progresso da acumulação.” (MARX, [1867] 2013, p.699)

O crescimento da produtividade do trabalho aumenta o volume dos meios de produção utilizados nesse processo, contudo esses meios de produção têm seu valor reduzido de forma concomitante – isto é, o valor do capital constante não aumenta de forma proporcional ao seu volume. Neste caso, de acordo com Marx, a diferença entre capital e capital variável tem elevação muito menor em comparação à diferença entre a massa dos meios de produção e a massa da força de trabalho.

Assim, a massa dos meios de produção – convertida em capital constante – e a massa da força de trabalho – convertida em capital variável – tem na diferença entre elas o aumento da diferença entre capital constante e capital variável, ainda que em menor grau.

Ademais, há no desenvolvimento da acumulação capitalista a diminuição da grandeza relativa da parte variável do capital, mesmo que não exclua o aumento da sua grandeza absoluta. O processo de acumulação capitalista ultrapassou sua estrita expansão quantitativa e passou a se realizar por meio de uma ininterrupta alteração qualitativa de composição, na qual há uma adição permanente de componente constante em detrimento de seu componente variável. (MARX, [1867] 2013)

Marx traz à tona a acumulação e a centralização que, ao se elevarem com o próprio desenvolvimento do sistema capitalista, são convertidos em fonte de diferentes formas de composição do capital ou promovem uma rápida queda do componente variável do capital em relação ao componente constante. Entretanto, a diminuição relativa do componente variável, potencializada pelo crescimento do capital total, proporcionalmente maior que o crescimento deste, e "aparece, inversamente, como um aumento absoluto da população trabalhadora, aumento que é sempre mais rápido do que o do capital variável ou dos meios que este possui para ocupar aquela". (MARX, [1867] 2013, p.705). A acumulação capitalista produz, por conseguinte, uma população trabalhadora excedente, entendendo como uma força de trabalho excessiva e não absorvível no sentido de satisfazer as necessidades de valorização do capital, tornando-se supérflua.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário de acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. Com a acumulação e o conseqüente desenvolvimento da força produtiva do trabalho aumenta a súbita força de expansão do capital, e não só porque aumentam a elasticidade do capital em funcionamento e a riqueza absoluta, da qual o capital não constitui mais do que uma parte elástica, não só porque o crédito, sob todo tipo de estímulos particulares, e num abrir e fechar de olhos, põe à disposição da produção, como capital adicional, uma parte extraordinária dessa riqueza, mas porque as condições técnicas do próprio processo de produção, a maquinaria, os meios de produção de transporte etc. possibilitam, em maior escala, a transformação mais rápida de mais-produto em meios de produção suplementares. A massa da riqueza

social superabundante e transformável em capital adicional graças ao progresso da acumulação, precipita-se freneticamente sobre os velhos ramos da produção, cujo mercado se amplia repentinamente, ou em ramos recém-abertos, como o das ferrovias etc., cuja necessidade decorre do desenvolvimento dos ramos passados. Em todos esses casos, é preciso que grandes massas humanas estejam disponíveis para serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, ocorra uma quebra na escala de produção alcançada em outras esferas. A superpopulação provê essas massas. (MARX, [1867] 2013, p.707-708)”

O *exército industrial de reserva* é composto por uma superpopulação relativa e esta, por sua vez, se apresenta de diferentes formas – seja ela flutuante, latente ou estagnada. A superpopulação relativa é composta pelo conjunto de trabalhadores que não absorvidos – seja pela opção do capitalista, pela própria demanda do capital ou por ambas as coisas – pelos espaços preparados pelo capital para desenvolver suas atividades sociolaborais. Seu crescimento ou diminuição depende, respectivamente, da expansão ou dos períodos de crise.

Marx, ao explicar as formas da superpopulação relativa, inicia com a flutuante. Esta, circunscrita às fábricas, minas e fundições – aos centros da indústria moderna da época – é a camada de trabalhadores que sofrem com a intermitência entre a desocupação e a ocupação em maior volume, “(...) em linhas gerais, o número de trabalhadores ocupados aumenta, ainda que sempre em proporção decrescente em relação à escala da produção” (MARX, [1867], 2013, p.716). Ou seja, é uma superpopulação habitante das cidades que flutua entre o emprego e o desemprego sistemático, dependente da expansão da produção industrial para ser alocada nos espaços preparados pelo capital.

A formação de uma superpopulação relativa latente exige o apoderamento da agricultura pelo capital, independente de qual grau for, associado à queda da demanda por população rural, em termos absolutos, proporcionalmente ao aumento do acúmulo de capital no campo. Nestes termos, cria-se um ambiente favorável à repulsão parcial – mas em grande escala – dos trabalhadores do campo para as cidades, a fim de transformar os trabalhadores rurais em proletariado urbano-industrial. Essa superpopulação é composta por um exército industrial de reserva implícito, cuja visibilidade se torna possível nos momentos em que a transferência de camponeses para cidades se amplia, tanto em frequência quanto em quantidade de trabalhadores transferidos. “O trabalhador rural é, por isso, reduzido ao salário mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo.” (MARX, [1867], 2013, p.717-718)

A última das três formas de superpopulação relativa é a estagnada, sendo composta pelo conjunto de trabalhadores ativos inscritos em atividades irregulares. Com isso, essa fração se torna uma fonte permanentemente disponível de força de trabalho, cuja condição de vida se mantém abaixo do nível médio experimentado habitualmente pela classe trabalhadora. Essa condição permite ao capital explorar a superpopulação relativa estagnada em diversos ramos da produção – normalmente, aqueles mais vilipendiosos, em que se materializa o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário. (MARX, [1867], 2013, p.718)

Ao considerar os elementos que permeiam e constituem as relações sociais e laborais da produção capitalista, como a dinâmica de elevação e queda do salário, a necessidade de manter uma porcentagem de trabalho não pago e a quantidade cada vez crescente de trabalhadores assalariados e de capital que se valoriza com a exploração do trabalhador, é possível apreender a relação entre mobilidade e *mercadorização* do trabalhador. A próxima seção tem como objetivo apreender a articulação entre o trabalhador e o capital, desde a expropriação do trabalhador dos meios de produção até sua subsequente migração compulsória e transformação em instrumento de valorização do capital.

2.3. Os sentidos da mobilidade do trabalho: o trabalhador transformado em mercadoria de valorização do capital

Entender o processo pelo qual o trabalhador foi arrancado do controle dos meios de produção, bem como a apreensão da dinâmica da acumulação capitalista – no que se refere à utilização do trabalhador como instrumento de valorização do capital –, lançam as bases para trazer à tona o processo de transformação do trabalhador em força de trabalho assalariada, vendida, comprada, alugada ou simplesmente repassada como mercadoria entre os capitalistas. Ao iniciar esta seção, é necessário que haja uma articulação bem consolidada entre mercadoria, mobilidade da força de trabalho e acumulação do capital. Para tal, Jean-Paul de Gaudemar é o autor que norteará esta parte do trabalho.

Assim, Gaudemar faz um resgate dos escritos do Marx n' *O Capital* acerca da definição do que é mercadoria e como ela se constitui na sociedade capitalista, apreendendo a mercadoria numa tripla característica, quais sejam: valor de uso, valor de troca e presença no mercado. O valor de uso está inscrito estritamente à

utilidade que uma mercadoria possui. Entretanto, utilidade ou circulação de mercadorias por si mesmas não criam valor.

É nesta etapa que há uma demanda pela introdução da força de trabalho, justamente com a finalidade de extrair dela um valor superior ao valor de uso enquanto mercadoria. Confronta-se essa força de trabalho transformada em mercadoria ao possuidor de dinheiro que, encontrando-a no âmbito da circulação – isto é, no mercado –, se defronte com uma mercadoria que possua como característica bem específica de ser fonte de valor de troca – seu consumo realiza trabalho e cria valor. O mercado é onde o possuidor de dinheiro encontra este tipo de mercadoria, a força de trabalho, no âmbito de seu valor, pode possuir um valor de uso muito superior ao valor de troca, já que também segue na esteira no processo produtivo.

A força de trabalho, como mercadoria, possui valor como qualquer mercadoria colocada no mercado, sendo definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção – o que pressupõe um processo para sua confecção. Articulado a isso, com a transformação do dinheiro em capital, é exigido por parte do possuidor de dinheiro que encontre no mercado um trabalhador livre, sendo em duplo sentido. Em primeiro lugar, o trabalhador deve ser livre para dispor à sua maneira de sua própria força de trabalho, enquanto mercadoria pertencente a si mesmo; e em segundo, esse trabalhador não deve de forma alguma ter outra mercadoria em sua posse além de si, do próprio corpo, de forma que não tenha domínio dos meios de produção ou dos meios de subsistência³.

[...] Para responder ao papel de mercadoria particular que lhe é atribuído, a força de trabalho deve ser livre de dois pontos de vista. Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade: o trabalhador é então considerado como actor da liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada pra vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre. A “liberdade de trabalho” encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho as formas de uma mobilidade capitalista do trabalho. (GAUDEMAR, 1977, p. 190)

Neste caso, o trabalhador é colocado no mercado como força de trabalho no sentido de exercer sua liberdade, liberdade esta que se limita aos marcos do capital,

3 Relação já abordada na primeira seção, sua gênese é também gênese pela qual se constituíram as relações sócio-laborais de produção nos moldes capitalistas.

de sua subsunção ao capital, transformado em mercadoria que, ao ser consumida, cria valor e produz o capital, por conseguinte.

Gaudemar avança ainda no sentido de elaborar a relação entre a mobilidade e a liberdade do trabalhador nos marcos da sociabilidade capitalista, ele traz em sua análise a liberdade nos aspectos positivo e negativo. O aspecto positivo se objetiva na possibilidade que o trabalhador teria de escolher seu trabalho e espaço no qual exerceria suas atividades laborais; o aspecto negativo se concretiza no fato de essa liberdade estar alinhada às demandas do capital, tendo, assim, a ausência de óbices ao capital de livrar-se do trabalhador, bem como a de transformar o seu trabalho e as condições dadas ao trabalhador para exercê-lo. Nas duas características, há como premissa a formação de uma força de trabalho dotada de mobilidade, mas móvel somente para ser alocada nos diferentes espaços de interesse do capital, escolhidos ou compelidos – se trata, na verdade, de tornar a força de trabalho capaz de se deslocar e a de adaptar-se de seu emprego, a ponto de tornar a dimensão qualitativa de seu emprego indiferente, tendo como objetivo simples e único a extração do lucro.

Ao capital torna-se apazível e necessário derrubar as barreiras de cunho jurídico ou tradicional que impeçam o exercício da compra de força de trabalho ou da apropriação de uma espécie qualquer de trabalho. O ensaio dessa assertiva já era anunciado com o processo de acumulação primitiva em que todos os títulos de propriedade de camponeses e vassallos foram desprezados para tornar a força de trabalho móvel, a exemplo da política de cercamento dos campos. E é exatamente nessa esteira de mobilidade do trabalho que o operário e sua condição de força de trabalho aplicada também se insere nesse processo.

De acordo com Gaudemar, quanto mais desenvolvida for a produção capitalista em um determinado país, tão maior será a mobilidade exigida à capacidade de trabalho. Associado a isso, quanto mais o operário estiver alienado da dimensão qualitativa de seu trabalho, mais intensificada será a migração do capital entre diferentes ramos da produção. Ou seja, a mobilidade do trabalho depende também do desenvolvimento das forças produtivas, articulado a um massivo processo de alienação dos trabalhadores.

A mobilidade da força de trabalho, assim, é o que fundamenta a condição da força de trabalho enquanto mercadoria e na forma pela qual desenvolve suas atividades, bem como pela constituição de um, agora, trabalhador “livre”. O modo de

produção capitalista só poderia emergir com o pressuposto da mobilidade, cuja liberdade não se concretizou na emancipação do homem, ou na ausência de amarras, mas sim numa dimensão muito limitada de liberdade, numa espécie diferenciada de algemas: a da submissão ao capital.

A mobilidade da força de trabalho é condição *sine qua non* de surgimento, de manutenção e do desenvolvimento do sistema capitalista. Essa condição de existência do capitalismo corresponde à produção das forças de trabalho, à sua respectiva utilização (já que se inscreve em distintos ramos da produção e por ser criadora de valor) e à sua circulação distintas esferas das atividades produtivas (haja vista sua característica de mercadoria dotada de valor de troca, possibilitando se movimentar entre os capitalistas).

Ao emergir como modo de produção, o capitalismo tem em seu desenvolvimento histórico a produção das forças de trabalho, materializada na constituição de um trabalhador dotado de mobilidade, e se difere de modos de produção anteriores ao emancipar o servo a partir da acumulação primitiva, em que se pese também a formação do proletariado e do mercado trabalho.

Utilização das forças de trabalho: é o momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital. Ela deve prestar-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho. Duração, intensidade e produtividade de trabalho são as suas palavras-chave. A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior. (GAUDEMAR, 1977, p.193-194)

É na esfera da circulação da força de trabalho que o conjunto dos trabalhadores se submete à mobilidade orientada pelo mercado e, pelo fato de estar apto a se deslocar para qualquer ramo da produção capitalista, o trabalhador tem seu destino traçado pela expansão ou pelas crises periódicas do capital, incidindo na transformação das suas atividades sociolaborais e nos locais preparados pelo capital para recebê-lo. Sempre mediada pela relação trabalhador-salário e, por estar sujeito constantemente à mobilidade, o trabalhador se aloca nos espaços onde obtiver maior remuneração.

Isto posto, a mercantilização da força de trabalho tem como pressuposto a mobilidade desta, se insere como engrenagem e base de fundamentação das relações sociais nos moldes do modo de produção capitalista e, por isso, se diferencia dos demais modos de produção. Assim, constitui-se também um processo

de entrelaçamento entre *mercadologização* da força de trabalho e a mercadoria dinheiro no desenvolvimento do sistema do capital.

Esse entrelaçamento se materializa na venda da força de trabalho na esfera do mercado, sempre com a finalidade de se tornar explorada de tal forma que seja essa exploração a fonte de extração do mais-valor, sendo aprazível que a extração seja alcançada com o menor número de óbices possível. Articula-se a isso a transformação de dinheiro em capital inscrito no processo de compra e venda da força de trabalho e sua posterior exploração. Todos esses elementos são condição *sine qua non* de existência de um sistema produtivo dotado de relações sociais e laborais baseadas numa economia mercantil na primazia pelo dinheiro capitalista.

O sistema capitalista tem em sua base a mobilidade do trabalhador. A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria que cria um valor superior ao seu valor de troca – quando utilizada no processo produtivo –, sendo também mercadoria por alimentar o mercado a partir da liberdade para se mover e escolher onde pode ser vendida e explorada – característica exclusiva da mercadoria força de trabalho.

Daí resultam dois momentos particularmente importantes: o da transformação do trabalho em mercadoria-força de trabalho, momento evocado nas suas determinações gerais antes de se tornar mais tarde o da “acumulação primitiva”: “A troca das mercadorias começa onde terminam as comunidades, mas nos seus pontos de contacto com as comunidades estranhas ou com os membros destas últimas comunidades. Uma vez que as coisas se tornam mercadorias na vida comum com o exterior, tornam-se igualmente, por repercussão, mercadorias na vida comum interna [...] A repetição constante da troca transforma-a num processo social.” Ora, por entre estas “coisas” trocadas entre comunidades, houve desde muito cedo os próprios homens. Neste sentido, a circulação dos escravos anuncia o trabalho assalariado. Uma vez tornadas mercadorias, as “coisas” tornam-se presa para o homem. As mercadorias são e, conseqüentemente, não opõem qualquer resistência ao homem. Se não vão a bem, ele pode empregar a força, ou por outras palavras, apoderar-se delas (GAUDEMAR, 1977, p.201-202)

A produtividade, a partir disso, consubstancia as conseqüências do processo de troca entre capital e trabalho produtivo, a produtividade em questão demanda condições para a realização da troca e, para isso, o capital necessariamente precisa defrontar-se com a mercadoria força de trabalho submetida a essa troca. O pressuposto da produtividade do trabalho também está diretamente ligado à mobilidade do trabalho, quer seja pelo espraiamento do domínio do capital a fim de extrair força de trabalho, quer seja pelo amoldamento da força de trabalho que atenda as necessidades do capital e permita seu trânsito. “A produtividade do

trabalho supõe a sua mobilidade como elasticidade de seu uso.” (GAUDEMAR, 1977, p. 208)

A criação de um excedente expressa, talvez, a parte mais dramática para o conjunto dos trabalhadores que, ao serem historicamente expropriados dos meios de produção e de subsistência criam as fileiras de marginalizados das cidades. Sujeitos passivos da violência, o conjunto dos trabalhadores sofre as expressões da questão social, inserido também no processo de criminalização da pobreza pelo caráter classista do Estado. A próxima seção trará as consequências para a classe trabalhadora

2.4. A formação da classe trabalhadora e as expressões da questão social

Esta seção apresenta os rebatimentos do sistema capitalista, doravante o uso sistemático da violência no processo de separação entre trabalhadores e meios de produção e de subsistência – a chamada *acumulação primitiva* –, o aprofundamento das relações sociais de produção com a criação de um excedente de trabalhadores que o capital não pode absorver, e a apreensão da mobilidade enquanto característica constituinte do modo de produção capitalista e como pressuposto para seu surgimento e manutenção.

Assim, a compreensão da questão social e suas distintas expressões perpassa pela apreensão do processo de reconfiguração do trabalho, isto é, como o trabalho se consolidou na sociedade capitalista e se tornou *lócus* de enfrentamentos entre diferentes projetos de sociedade que expressam os conflitos de interesses de classes. Ademais, tal assertiva tem em seu âmago também a compreensão da questão social como algo inerente ao processo de acumulação do capital e dos seus respectivos resultados impingidos à massa dos trabalhadores.

A compreensão da questão social é, por assim dizer, palco de disputa de visões de mundo por distintas classes que, ao colocarem-nas em movimento, enxergam caminhos específicos na realidade objetiva, sobretudo ligados à política, à economia e às formas de sociabilidade. A questão social tem sido tratada no sentido de garantir a manutenção da ordem vigente e na administração de suas expressões, em que se pese a diversidade destas como a materialização de uma possível ameaça à ordem liberal burguesa protagonizada pela classe operária. E, ao se debruçar nas análises marxianas acerca da sociabilidade capitalista, desvela-se que nesse modo de produção se desenvolve um processo de produção das condições

materiais de manutenção da vida humana, bem como se desenvolve um arcabouço de relações sociais de produção a ele inerentes.

Uma análise mais aprofundada da questão social implica pensá-la de forma articulada à constituição do trabalho nesta sociedade, isto é, na forma pela qual ele se difere dos demais modos de produção. Nesta sociedade, de acordo com Iamamoto (2001), a mercadoria é a primazia e dimensão mais importante dos produtos do trabalho, algo que não escapa nem mesmo do trabalhador, mas, ao contrário, o trabalhador se torna um simples vendedor de mercadoria, livre vendedor de si enquanto força de trabalho, determinado socialmente como assalariado.

Além disso, a extração do mais-valor é a finalidade e principal objetivo do sistema capitalista, é também o meio pelo qual se constituem as relações sociais de produção, que tem em seu âmago a busca pela redução mais aproximada o quanto possível do preço de custo da produção e, para tal, há um processo de intensificação da força produtiva do trabalho social que se transforma em força produtiva do capital. Significa que essa ordem societária não foi estabelecida ao acaso, por um movimento espontâneo dos indivíduos, mas é resultante do uso sistemático da violência impingida ao conjunto dos trabalhadores, que se objetiva na extração do mais-valor cada vez crescente, na transformação dos meios de produção em capital e na submissão do trabalho ao capital. Tudo isso, construído com um longo esforço e parte de um período histórico que remonta o surgimento da incipiente manufatura inglesa e a Reforma protestante também na Inglaterra.

O processo de acumulação ou a reprodução ampliada do capital realiza-se historicamente sob um duplo movimento. Quando a composição do capital mantém-se inalterada, o aumento do capital revela-se como ampliação tanto da classe capitalista – mais capitalista e mais poderosos que competem entre si – quanto dos trabalhos assalariados, alargando o poder de mando do capital sobre o trabalho. Entretanto com o progresso da acumulação, o aumento da produtividade torna-se um de seus produtos e sua alavanca mais poderosa, operando-se uma mudança na *composição técnica e de valor do capital*. Reduz-se proporcionalmente o emprego da força viva de trabalho ante o emprego de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social. A incorporação por parte dos empresários capitalistas dos avanços técnicos e científicos no processo de produção (no sentido *lato*, englobando, produção, distribuição troca e consumo) possibilita aos trabalhadores, sob a órbita do capital, produzirem mais em menos tempo. Reduz-se o *tempo de trabalho socialmente necessário* à produção das mercadorias, ou seja, o seu valor ampliando simultaneamente o tempo de trabalho excedente ou mais-valia. Em termos da composição de valor, reduz-se relativamente o capital variável – empregado na força de trabalho – e aumenta-se o capital constante empregado nos meios materiais de produção. (...) contribui para acelerar a produtividade do trabalho, e a rotação do capital, permitindo uma ampliação das taxas de lucratividade. (IAMAMOTO, 2001, p. 14)

Neste processo, há o surgimento e crescimento de uma massa obstaculizada de acesso à cadeia do modo de produção – o *lumpem proletariado* – acompanhado também da criação e da ampliação de uma *superpopulação relativa* não absorvida pelo capital e, por isso, excedente e supérflua a ele. O surgimento dessa população excedente implica na ampliação e no acirramento da concorrência entre o conjunto dos trabalhadores, em que se pese também seu rebatimento na oferta e na procura por força de trabalho e sua subsequente ingerência na regulação dos salários.

Essa superpopulação relativa, encontrada nas cidades como exército industrial de reserva, é heterogênea na forma pela qual o capital se apropria como força de trabalho ou não. É composta pela fração de trabalhadores mais sensíveis às mudanças do capital, em seus ciclos de maior absorção ou de repulsão de força de trabalho, isto é, há um segmento de trabalhadores que se encaixam em atividades laborais temporárias e de forma precarizada, “com ‘máximo de tempo de serviço e mínimo de salário’, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora”. (IAMAMOTO, 2001, p. 15) Não obstante tal formação da classe trabalhadora, ainda há uma parte dela que é constituída por aqueles que sequer conseguem fazer parte do processo produtivo capitalista, geralmente inserida num processo de miserabilidade: desempregados em condições de desenvolver suas atividades, pessoas com deficiência, idosos e pessoas enfermas, além de crianças e adolescentes.

O quadro de trabalhadores marginalizados, então, é provocado e ampliado de acordo com o crescimento do *pauperismo* e que, neste momento, haja vista a submissão da subsistência dessa fração à renda do conjunto dos trabalhadores. Ao crescer como força de trabalho a ser empregada pelo capital e nos locais por ele preparados, a massa de trabalhadora se expande concomitantemente à expansão do capital. Tal assertiva é a expressão da lei geral de acumulação capitalista, mas é também exposição das tantas contratações pelas quais o capital se torna factual desde sua gênese, de forma que há um crescimento infinitamente maior e mais abrupto que a demanda por trabalhadores a serem colocados no processo de valorização do capital. Isto é, a classe trabalhadora cresce numa grandeza inversamente proporcional ao seu emprego enquanto mercadoria pela burguesia.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua

realização, assim como seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente uma luta aberta surda pela cidadania (IANNI, 1992). Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17)

A emergência das lutas do conjunto dos trabalhadores trouxe profundas preocupações à burguesia, tanto do ponto de vista da administração das expressões da questão social quanto da hegemonia da visão de mundo liberal-burguesa sobre a origem dessas expressões. A subsunção do trabalho ao capital e o fato de as condições de manutenção do trabalhador estarem diretamente ligadas produzem uma série de expressões da questão que, entre outras coisas, envolvem a carestia, a mendicância e o pauperismo – todas essas expressões terão resposta por parte do Estado burguês, numa etapa na qual o Estado amplia suas ações.

2.4.1. Questão social e as lutas de classe

Pobreza e desigualdade nunca foram uma novidade no processo de desenvolvimento sócio-histórico humano; entretanto, a sociabilidade burguesa reconfigura o fundamento da desigualdade. Associado à generalização da pobreza, estava o processo de heterogeneização da classe trabalhadora, tanto manifestada pela diferenciação no acesso aos bens socialmente produzidos quanto na sua função sócio-laboral – algo que tem como pressuposto o assalariamento ou não das frações da massa de trabalhadores, principalmente, seja pelo recebimento do salário em mãos, seja pela cooperação da *Caixa dos Pobres*. (ENGELS, [1844] 2010, p.316)

A novidade trazida pelo modo de produção capitalista em comparação aos anteriores é o fato de a pobreza e as desigualdades não mais se conectarem intimamente à escassez de recursos por força da natureza. Agora, com o advento do capitalismo, a escassez se transforma em algo produzido socialmente, ligadas à forma pela qual a riqueza é produzida, num movimento de transposição dos óbices da natureza, mas mantendo a propriedade privada e como meio também de divisão entre classes.

Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se revela capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava contingente de seus membros que, além de

não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o *pauperismo* – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. (NETTO, 2001, p. 42-43)

O contexto de generalização da pobreza, entretanto, não ficou sem reposta por parte dos trabalhadores, trouxe à tona uma efervescência política que se expressou de diversas formas: dos movimentos luddista e cartista e, finalmente, a luta a partir da construção sistemática de greves, interrompendo o processo produtivo no período de crescimento da indústria e das cidades. A burguesia, ao ver tal efervescência, iniciou um processo de construção ideológica no sentido de manter a ordem vigente, constituída anteriormente por meio do uso sistemático da violência, como uma questão natural e totalmente ligada ao progresso humano – sua saída do período das trevas e chegada ao das luzes.

As primeiras formas de revolta dos trabalhadores, mediadas pelo uso da força e da violência – se expressavam também na quebra de máquinas e no roubo –, sofisticaram-se, primeiramente, com a conquista do direito à livre associação, em 1824 – na época, esse direito era reservado somente aos burgueses e aristocratas. Com a defrontação do esmagamento que a sociabilidade burguesa empreendera às revoltas de cunho imediatista e individual, os trabalhadores passaram a repensar a sua estratégia contra a força da hegemonia burguesa.

O cartismo também é um exemplo de organização do conjunto dos trabalhadores, ainda que ele não tenha se lançado com o objetivo de superar a sociabilidade burguesa, mas sim de adequá-la com a finalidade de garantir conquistas dentro do direito burguês. Baseado na *Carta do Povo* (ENGELS [1844], 2010, p.262), o cartismo propunha seis pontos: voto universal; renovação do Parlamento de anualmente; remuneração para parlamentares; eleições por voto secreto e remoção da exigência do mínimo de 300 libras em propriedades fundiárias para ser eleito.

Como mercadoria aproveitáveis pelo capital nos locais por ele preparados ou supérfluas pelo seu excedente, os trabalhadores se defrontam com as terras antes de uso coletivo agora transformadas em bens privados. Expropriados de suas terras e forçados a migrarem para as incipientes cidades, a massa dos trabalhadores são

forçados à adaptação num lugar onde não possuem o domínio de suas atividades laborais, nem no ritmo de seu trabalho, tampouco no acesso e no controle dos meios de produção e de subsistência, além da alienação dos produtos criados com o desenvolvimento dessas atividades.

Os trabalhadores já expropriados de seus meios de produção e de subsistência, se veem alijados da vida política institucional, visto que a política nas cidades passava pelo crivo de âmbito censitário e, por isso, era monopólio da burguesia inglesa. Mais que isso, de acordo com o discurso dos liberais da época, o conjunto dos trabalhadores deveria ser limado das atividades políticas por supostamente não possuírem capacidade intelectual suficiente para exercê-las plenamente e, também de acordo com esse pensamento, a rotina pesada do trabalho prejudicaria a capacidade intelecto-cognitiva dos trabalhadores. (CASTELO, 2010)

Ora, tal premissa expõe o preconceito de classe da burguesia em relação à classe trabalhadora, designando a ela a tarefa única de servir de instrumento de valorização do capital. Assim, nasce a democracia burguesa pautada no cerceamento dos direitos políticos dos trabalhadores, embora tenha demandado uso cada vez maior e intensificado dos trabalhadores no processo de produção da riqueza por meio de seu trabalho. Esse cenário de também apresentou a compreensão do proletariado pela burguesia como uma classe ameaçadora à sua ordem societária e, não por acaso, Friedrich Engels trouxe em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* a intensificação das lutas operárias com o seguinte trecho:

A enorme frequência de greves é o melhor indicador do ponto a que chegou, na Inglaterra, a guerra social. Não se passa nem uma semana, quase nem um dia, em que não ocorra aqui ou acolá uma paralisação do trabalho: contra uma redução do salário, a propósito da recusa de um aumento, contra o emprego knobsticks, pela recusa patronal de coibir abusos ou de melhorar instalações, contra a introdução de novas máquinas, enfim, por uma centena de causas. Essas greves são em geral pequenas escaramuças de vanguarda e, às vezes, combates mais importantes; não solucionam nada definitivamente, mas são a prova mais segura de que se aproxima o confronto decisivo entre o proletariado e a burguesia. Elas são a escola de guerra na qual os operários se preparam para a grande batalha, agora, inevitável; são os pronunciamentos das distintas categorias de operários, consagrando sua adesão ao grande movimento proletário. (ENGELS, [1844] 2010, p. 258)

Há um processo de organização coletiva por parte dos trabalhadores, um salto qualitativo na luta da massa trabalhadora e pela qual é exercida uma pressão sobre a burguesia, na busca por satisfazer suas necessidades materiais e por direitos – estes, em suas diferentes dimensões: civis, políticos, sociais, etc. Por fim,

cabe salientar que a questão social é tratada a partir da ascensão da classe trabalhadora, localizada nos polos urbano-industriais, na disputa por sua sobrevivência e pela expansão das suas condições materiais, exigindo da burguesia seu reconhecimento enquanto classe.

O Estado burguês, por sua vez, *lócus* da cristalização da hegemonia da burguesia, precisou reconhecer o proletariado enquanto classe, tendo em vista sua organização cada vez crescente. Tal ação articulou-se à administração das expressões da questão social, fundamentadas na contradição entre capital e trabalho, ampliando suas ações. A burguesia, portanto, vê nas reivindicações dos trabalhadores uma oportunidade de manter sua hegemonia, tanto na subjetividade quanto na organização das atividades sociolaborais.

3. A consolidação do capitalismo como modo de produção e de reprodução das relações sociais de trabalho

3.1. Capitalismo concorrencial e o surgimento de um mercado mundial

A separação entre trabalhadores e meios de produção e de subsistência, a migração forçada da população rural em direção às cidades, bem como a produção de uma superpopulação relativa, são as bases de fundamentação da sociedade capitalista. Esta sociedade se mantém inscrita na contradição entre capital e trabalho, fazendo este ser subsumido àquele.

A sociedade burguesa moderna abordada por Karl Marx e Friedrich Engels no *Manifesto do Partido Comunista* ([1848], 2010) emerge dos escombros da sociedade feudal. Com ela os antagonismos de classe não foram extintos, mas sim materializaram-se novas classes, com distintas formas de opressão e novas contradições societárias e, por conseguinte, novas formas de luta e de resistência em relação à sociedade feudal se apresentam neste processo.

O nascimento da sociedade moderno-burguesa também é bastante peculiar pelo fato de simplificar os antagonismos de classe (MARX; ENGELS, [1848] 2010, p.41), sociedade esta cada vez mais dividida em campos dicotômicos e antagônicos, confrontando-se enquanto burguesia e proletariado. A burguesia, por sua vez, surge dos servos da Idade Média que se tornaram os habitantes dos incipientes burgos, ruínas do regime feudal.

Assim, erguem-se os primeiros pilares para a acumulação primitiva, etapa inicial do capitalismo, que se desdobrou no capitalismo concorrencial, junto à internacionalização do capital. Pequenos mestres corporativos, artesãos autônomos e trabalhadores assalariados se tornaram pequenos capitalistas via exploração do trabalho assalariado e da acumulação resultante dessa exploração. O capitalista industrial, portanto, tem sua gênese fundada na exploração do trabalho assalariado, na violência empregada na destruição dos séquitos feudais, na pilhagem de regiões fora da Europa, como a África, as Américas e o Oriente – são estes os primeiros ensaios da internacionalização do capital.

Na Idade Média, entretanto, já havia duas formas de capital, desenvolvidas em diferentes formações socioeconômicas: o capital usurário e o capital comercial. O capital monetário, formado pela usura e pelo comércio, tinha como óbices à sua transformação em capital industrial o regime feudal no campo e a dinâmica

corporativa nas cidades – algo que fora resolvido com a dissolução dos séquitos feudais e a expropriação e expulsão da população rural. Uma nova manufatura se alocou em portos de exportação ou em locais não passíveis da influência do regime corporativo urbano – momento da constituição de uma incipiente indústria. (MARX, [1867] 2013, p.820-821)

A dinâmica de organização feudal da indústria já não correspondia mais às necessidades crescentes de abertura de novos mercados, as corporações fechadas foram, então, substituídas pela manufatura, a pequena e incipiente burguesia subjugou os mestres das corporações e a divisão do trabalho entre as corporações existentes se extinguiu diante da nova divisão do trabalho posta, agora, dentro da oficina. Entretanto, a manufatura, posteriormente, não conseguiu satisfazer as demandas de um mercado que se tornava cada vez mais crescente, sendo subjugada pelos burgueses modernos, milionários da indústria e donos de exércitos industriais. (MARX; ENGELS, [1848] 2010, p.41)

A partir dessa grande indústria europeia criou-se o mercado mundial, este que, por sua vez, foi preparado pela descoberta e invasão da América, teve como lastro o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação, bem como a expansão da própria indústria – elementos que provocaram o crescimento da burguesia, a multiplicação de seus capitais e a consolidação de sua hegemonia econômica. Ademais da novidade trazida pela América, o desbravamento do Périplo Africano e o mercado das Índias Orientais e da China abriram novas possibilidades de ação à burguesia. (MARX; ENGELS, [1848] 2010, p.41)

Tais possibilidades de ação pela burguesia se concretizaram em políticas de colonização das Américas baseadas – sobretudo, mas não só – na extração massiva de ouro e prata, na escravização e soterramento da população nativa nas minas; na transformação do continente africano em reservatório de peles-negras a serem comercializadas e utilizadas nas colônias americanas como força de trabalho escrava; além da invasão e do roubo às Índias Orientais. Essas são as características da produção capitalista, baseadas em distintos processos da violência e pela quais se fundam a acumulação primitiva na abertura e expansão de novos mercados em outras partes do globo.

A acumulação primitiva se objetiva em diferentes momentos a partir da intermitência das potências europeias à frente do processo de abertura de mercados

e da própria acumulação do capital, na emergência do sistema colonial-capitalista, do sistema da dívida pública, do sistema tributário moderno e do sistema protecionista. Todos esses sistemas são baseados no uso sistemático da violência concentrada na figura do Estado e organizada no seio da sociedade a fim de produzir um processo de transição forçada e acelerada do modo de produção feudal para o capitalista. (MARX, [1867] 2013, p.821)

A criação de um mercado mundializado pressupõe uma revolução nos processos produtivos aliado à sua universalização, ainda que de forma desigual nas diferentes partes do globo, mas combinadas e articuladas entre si. Cada uma com sua função, implementa-se o sistema colonial-metropolitano, no qual vige uma Divisão Internacional do Trabalho baseada na divisão entre regiões da indústria – leia-se: a Europa – e aquelas que fornecem matérias primas para essas indústrias e instrumentos de valorização do capital – Américas, África e as Índias.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isso se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal. (MARX; ENGELS, [1848] 2010, p.43)

O período industrial se pauta na supremacia industrial como pressuposto da supremacia comercial, invertendo, assim, a dinâmica do período manufatureiro e, por isso, a grande relevância do sistema colonial desse momento histórico, no qual a produção do mais-valor é a finalidade profícua no seio da sociedade. (MARX, [1867] 2013, p.824). Além disso, o sistema de crédito público – ou das dívidas públicas – tem sua gênese já na Idade Média, em que o comércio marítimo e as guerras comerciais do sistema colonial se tornaram vetores de sua evolução. Esse sistema

de dívida pública se consolidou entre as nações por diferentes formas e se desenvolve nas outras etapas do capitalismo⁴.

Diz Marx n' *O Capital* que a única riqueza nacional partilhada coletivamente entre os povos modernos é exatamente a dívida pública, na qual há uma “doutrina moderna segundo a qual um povo se torna tanto mais rico quanto mais se endivida” (MARX, [1867] 2013, p.824). Mais que isso, a dívida pública se torna uma propulsora da acumulação primitiva, coloca uma força criadora no dinheiro dito improdutivo e o transforma em capital, sem passar pelo crivo/circuito da aplicação industrial e usurária e seus respectivos riscos.

(...) Na realidade, os credores do Estado, não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo. Porém, ainda sem levarmos em conta a classe de rentistas ociosos assim criada e riqueza improvisada dos financiamentos que desempenham o papel de intermediários entre o governo e a nação, e abstraindo também a classe dos coletores de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo estatal serve como um capital caído do céu, a dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e moderna bancocracia. (MARX, [1867] 2013, p.824-825)

Assim, os bancos, desde sua gênese, se formaram como sociedades de especuladores privados, premiados com títulos nacionais e uma diversidade de privilégios dados pelo governo que os colocava aptos a aptos a emprestar dinheiro à própria esfera estatal. Na Inglaterra, por exemplo, a acumulação da dívida pública tem como principal indicador a alta sucessiva das ações dos bancos, momento no qual o Banco da Inglaterra emprestava dinheiro ao governo inglês a uma taxa de 8% e recebia aval do Parlamento para produzir dinheiro com o mesmo capital, emprestando posteriormente sob a forma de notas bancárias⁵.

Munido dessas notas, o banco estaria em condições de descontar letras, conceder empréstimos sobre mercadorias das mais diversas e adquirir metais preciosos. Mais que isso, o dinheiro de crédito, cunhado por esse mesmo banco, se converteu em moeda que serviria posteriormente para realizar empréstimos ao Estado que seriam pagos em forma de juros da dívida pública. O Banco da Inglaterra se tornou o receptor dos metais preciosos pilhados pela Inglaterra e o *locus* de concentração de todo o crédito comercial do país – houve como

⁴ Cf. MARX, [1867] 2013, p.824

⁵ Ver MARX, [1867] 2013, p.825

rebatimento a produção de “bancocratas, rentistas, corretores, *stockjobbers* [bolsistas] e leões da Bolsa. (MARX, [1867] 2013, p.825) Ademais,

Com as dívidas públicas surgiu um sistema internacional de crédito que frequentemente encobria uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo. Desse modo, as perversidades do sistema veneziano de rapina constituíam um desses fundamentos ocultos da riqueza de capitais da Holanda, à qual a decadente Veneza emprestou grandes somas em dinheiro. O mesmo se deu entre a Holanda e a Inglaterra. Já no começo do século XVIII, as manufaturas holandesas estavam amplamente ultrapassadas, e o país deixara de ser a nação comercial e industrial dominante. Um de seus negócios principais, entre 1701 e 1776, foi o empréstimo de enormes somas de capital, especialmente à sua poderosa concorrente, a Inglaterra. Algo semelhante ocorre hoje entre Inglaterra e Estados Unidos. Uma grande parte dos capitais que atualmente ingressam nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, é sangue de crianças que acabou de ser capitalizado na Inglaterra. (MARX, [1867] 2013, p.825-826)

O sistema protecionista inglês surgiu com o objetivo de produzir fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e de subsistência nacionais, além de acelerar, via uso sistemático da violência, a passagem do modo de produção de feudal para o capitalista. Para isso, serviu aos grandes extratores do mais-valor, realizando saques ao próprio povo e implodindo com extrema violência a indústria dos países ou regiões que eram próximas e dependentes da Inglaterra, a exemplo da Irlanda e sua manufatura de lã. Por diferente forma, o modelo colbertista fazia o capital industrial circular diretamente no tesouro do Estado. (MARX, [1867] 2013, p.826)

Todos esses sistemas, quais sejam colonial, das dívidas públicas dos altos impostos, do protecionismo, têm suas raízes estabelecidas ainda no período manufatureiro, crescendo, posteriormente, de forma tão absurda que deu vida à grande indústria. A grande indústria cresce também por meio da expropriação da população rural das terras comunais e da contratação coercitiva dessa população, após esse processo, excedente. Ao extrair o mais-valor, houve a necessidade de escravizar crianças e transformá-las em força de trabalho que abastecesse as fábricas e garantisse uma relação proporcional de exploração do trabalho pelo capital. (MARX, [1867] 2013, p.826)

Essas relações estreitas entre bancos, indústria e Estado lançam as bases para a formação de uma outra etapa do capitalismo: o Imperialismo. Este, por sua vez, se expressa na formação do capital financeiro via fusão entre os grandes grupos de bancos e grandes grupos industriais. O sistema colonial-escravagista-bancário-industrial torna-se uma peça fundamental na constituição dos grandes

monopólios que, posteriormente, são adensados na etapa imperialista (ou monopolista) do capital.

Assim, o processo de concentração e centralização do capital tem suas raízes fincadas ainda no período da acumulação primitiva, se tornam bases para as incipientes expressões desse processo na etapa concorrencial do capitalismo. Entretanto, é na próxima etapa, a imperialista, que veremos concentração e centralização como condicionantes e fenômenos inerentes à construção de uma nova espécie de capitalismo e o caminho seguido para garantir as altas taxas de lucro da burguesia, no qual a livre concorrência é substituída – mas não extinta – pelos monopólios.

3.2. Imperialismo: estágio de formação dos grandes monopólios capitalistas

3.2.1. Imperialismo: reprodução ampliada do capitalismo concorrencial

Ao desenvolver o mercado mundial, o capitalismo inaugura um estágio distinto daqueles vistos nas etapas anteriores: o imperialismo. Nesta etapa, o capital financeiro, resultado da fusão entre os capitais industrial e bancário, forma também grandes grupos monopólicos a partir da união de grandes grupos de bancos e de grandes grupos de indústrias. A concentração da produção e a formação dos monopólios, a reconfiguração do papel dos bancos, a produção do capital financeiro e de uma oligarquia financeira, bem como a partilha do mundo entre as associações capitalistas e entre as grandes potências vigem e constituem a etapa imperialista.

A política imperialista, nas palavras de Nikolai Bukharin [1914] (1984), emerge num determinado patamar do desenvolvimento histórico no qual há um entrelaçamento das contradições capitalistas. Alinha-se a esse período a emergência da política e da ideologia das classes dirigentes associadas a uma organização específica do Estado, no qual há uma coalizão de objetivos capitalistas. Toda política das classes dominantes tem função definida. Desenvolve-se na esfera da produção e, na etapa monopolista, se materializa na política do capital (BUKHARIN, [1914] 1984, p.103-105).

Ainda Bukharin [1914] (1984) define o imperialismo como a política do capital financeiro, serve de agente da estrutura financeira que tem por função a subordinar o mundo ao jugo do capital financeiro, além de substituir as relações sociais de produção existentes por relações de produção específicas do capital financeiro. Desta forma, é característico do imperialismo uma política de conquista do capital

financeiro e a reprodução de relações sociais de produção específicas, nas quais vigem o alto desenvolvimento dos organismos econômicos, relativa intensidade e amplitude das relações internacionais, assim como a existência de uma economia mundial desenvolvida. Há como pressupostos à formação do imperialismo um nível considerável de desenvolvimento das forças produtivas e de formas organizadas da vida econômica, bem como a manutenção de relações de classe específicas.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção tem por inerência os processos de concentração e de centralização do capital, imiscuem-se nas diversas etapas do capitalismo, com flagrante ampliação e intensificação no imperialismo. A concentração é o “crescimento do capital por meio da capitalização da mais-valia produzida por esse mesmo capital” (BUKHARIN, [1914] 1984, p.110); a centralização, “a reunião de distintos capitais num só” (BUKHARIN, [1914] 1984, p.110). Segundo Bukharin, forte concentração acelera a absorção de empresas mais fracas; em contrapartida, a centralização desenvolve a acumulação do capital individual e intensifica o processo de concentração.

(...) A forma inicial do processo de concentração é a concentração do capital na empresa individual. Essa forma predominou até o último quartel do século passado. A acumulação do capital social traduziu-se por uma acumulação de capital de certos empresários, opostos uns aos outros pela concorrência. O desenvolvimento das sociedades anônimas, que veio permitir o emprego dos capitais de grande número de empresários isolados e desfechou um golpe definitivo no princípio da empresa individual, criou, ao mesmo tempo, as condições necessárias ao desenvolvimento dos grandes sindicatos-monopólios de patrões. A concentração dos capitais adquiriu uma forma diferente: a concentração dos trustes. A acumulação de capital deixou de fazer crescer os capitais dos produtores individuais e transformou-se em instrumento de crescimento das organizações patronais. O ritmo da acumulação acentuou-se singularmente. Massas consideráveis de mais-valia, que ultrapassam amplamente as necessidades de um ínfimo grupo de capitalistas, convertem-se em capital para iniciarem novo ciclo de circulação. O desenvolvimento, entretanto, não se detém aí. Ramos da produção isolados amalgamam-se, de múltiplas formas, numa única associação, organizada em ampla medida. O capital financeiro prende, em suas tenazes, o conjunto do país. A economia do país transforma-se em gigantesco truste combinado, cujos acionistas são os grupos financeiros e o Estado. Designamos essas formações sob o nome de trustes capitalistas nacionais. Sem dúvida, para falar claro, não se pode assimilar sua estrutura à estrutura do truste: este representa uma organização menos anárquica e muito mais centralizada. Em certa medida, entretanto, sobretudo em relação à fase precedente do capitalismo, os Estados economicamente desenvolvidos chegaram, por assim dizer, a um ponto em que é possível considerá-los uma espécie de organização trustificada ou, segundo a denominação que lhes demos, trustes capitalistas nacionais. A partir daí, é possível falar em concentração de capital nos trustes capitalistas nacionais, compreendidos como partes integrantes de um campo econômico-social muito mais amplo: a economia mundial. (BUKHARIN, [1914] 1984, p.110-111)

Nesta etapa, a transformação concomitante das formas de concentração e de centralização aconteceu de modo que a concorrência entre capitalistas isolados, bem como a ligação pontual entre “economias nacionais” e “economia mundial” por meio de um sistema de troca, deram lugar à absorção dos pequenos capitalistas e ao desenvolvimento das grandes empresas individuais, assim como à redução do número das empresas concorrentes – intensificando a concorrência entre elas⁶. Tal processo levou à formação dos trustes, ao acirramento da concorrência entre grandes associações capitalistas de diferentes ramos da produção – simultaneamente ou não – na busca pela extração de mais-valia e de matérias-primas cada vez crescentes.

A centralização se constitui no agrupamento de organizações combinadas e de consórcios bancários no interior da produção nacional, onde há a formação de um truste capitalista nacional permeado pela união de industriais. A concorrência entre os trustes capitalistas nacionais se expande para a esfera do mercado mundial, tendo por consequência uma disputa cada vez mais acirrada entre as economias nacionais – leia-se: entre suas classes dominantes (BUKHARIN, [1914] 1984, p. 112). Este processo diminui a concorrência interna entre capitalistas, aumenta a concorrência entre os capitalistas de diferentes países e, sobretudo, interfere na própria dinâmica do Estado, quando

A economia nacional não atuava sobre o mercado mundial como um sistema homogêneo, organizado, de considerável poder econômico: no seio dessa economia, a liberdade de concorrência reinava sem contestação. No mercado mundial, ao contrário, a concorrência estava muito pouco desenvolvida. A época do capitalismo financeiro subverte tudo. O centro de gravidade passa a situar-se na concorrência que se fazem corpos econômicos gigantescos, coerentes e organizados, armados de enorme faculdade de combate, no certame mundial das nações. A concorrência entrega-se a suas orgias mais desregradas. O processo de centralização transforma-se e inicia uma fase superior. A absorção dos pequenos capitais, dos trustes demasiado fracos e mesmo dos grandes trustes passa a segundo plano e parece um simples brinquedo diante da absorção de países inteiros, isolados, pela violência de seus centros econômicos, e integrados no sistema econômico das nações vitoriosas. A anexação imperialista constitui, pois, um caso particular de tendência geral capitalista à centralização do capital: uma centralização cuja amplitude deve corresponder ao nível da concorrência dos trustes capitalistas nacionais. Essa luta tem por arena a economia mundial; e por limites econômicos e políticos o truste universal, o Estado mundial único, subordinado ao capital financeiro dos vencedores que tudo assimilaram – ideal que jamais haviam sonhado os mais audaciosos espíritos das épocas. (BUKHARIN, [1914] 1984, p.112)

⁶ Cf. BUKHARIN, 1984, p. 111

Cabe destacar que a centralização também se objetiva quando uma unidade econômica absorve outra semelhante – centralização horizontal – e quando uma unidade econômica absorve outra de ramo distinto – centralização vertical – cujo objetivo é formar uma unidade econômica combinada que se “autocomplemente”. Com a concorrência e a centralização se reproduzem em escala mundial e, por isso, ampliadas e intensificadas, ampliam-se e intensificam-se as contradições do modo de produção capitalista já existentes em etapas anteriores.

3.2.2. O imperialismo clássico: forma e desdobramentos

Ter em mente que concentração, centralização e monopólio constituem a etapa imperialista é fundamental, mas insuficiente para compreender a complexidade desse novo estágio do capitalismo. Importa, sobretudo, compreender os pormenores desse novo estágio: a relevância dos bancos, a formação das oligarquias financeiras, a partilha do mundo entre os grandes grupos financeiros e as potências imperialistas em disputa. De acordo com Vladimir Lenin, o imperialismo – clássico – tem sua existência fincada nos seguintes períodos:

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) 1860 a 1870, o grau superior, o ápice de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que mais do que germes imperceptíveis; 2) depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, que ainda constituem apenas uma exceção, ainda não são sólidos, representando somente um fenômeno passageiro; 3) auge de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LENIN, [1916] 2012, p. 44)

De acordo com Lenin, os cartéis, bases da vida econômica, acordam entre si as condições de venda e os prazos de pagamentos; repartem os mercados alvos da venda; estabelecem a quantidade de produtos a serem fabricados e a distribuição dos lucros entre as empresas. Neste caso, há uma socialização acentuada da produção, mas com apropriação dos meios sociais de produção cada vez mais restrita aos monopolistas. O monopólio, entretanto, não extingue a livre concorrência, ele é coexistente a esta e impinge sua dominação ao conjunto da sociedade em escala global.

No livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* há o estudo de uma série de métodos utilizados pelos grupos monopolistas para obrigar os empresários fora dos cartéis a se submeterem aos monopólios: privação de matérias-primas, de força de trabalho, de meios de produção, de possibilidades de venda (fechamento

de mercado) e de acesso a crédito; estabelecimento de acordos com compradores para que mantenham relações comerciais estritas com os cartéis; diminuição planejada dos preços a fim de falir os empresários que não estão nos cartéis; e, por fim, o boicote direto.⁷

A etapa monopolista também deve ser analisada pela ótica da mudança do papel dos bancos em relação à etapa anterior, na qual os bancos deixam de ser meros intermediários de pagamentos – convertendo capital-dinheiro inativo em capital ativo gerador de lucro a partir da união de diversos tipo de rendimentos – e se tornam monopolistas que detêm parte significativa do capital-dinheiro dos diversos capitalistas, dos meios de produção e de subsistência e das fontes de matérias-primas. O imperialismo se constituiu, portanto, fundamentado no desenvolvimento e na concentração de um número cada vez menor de bancos, demarca uma dinâmica de concentração bancária onde os pequenos estabelecimentos são desarticulados ou transformados filiais pelos grandes. (LENIN, [1916] 2012, p. 55-56)

A união entre bancos, empresas industriais e comerciais se consolidou mediada pela aquisição de ações e pela participação dos diretores dos bancos na gestão dessas empresas (LENIN, [1916] 2012, p. 68). Há nesta etapa a fusão entre banco e indústria, formando o capital financeiro, tal processo está longe de ter se concretizado *naturalmente* ou de forma *suave*:

Quanto à estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta, talvez com mais evidência do que em qualquer outro lado, o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de câmbio de um empresário, abre-lhe conta corrente etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas, se essas operações se tornam cada vez mais freqüentes e mais sólidas, se o banco “reúne” nas suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco – e é assim que acontece – conhecer de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada mais completa do capitalista industrial em relação ao banco. (LENIN, [1916] 2012, p. 68)

Outro ponto de suma importância para a compreensão desta é a formação de uma oligarquia financeira, na qual pesam, além da constituição de sua base via junção dos capitais bancário e industrial, há um processo de *universalização* dos bancos (LENIN, 2012, p. 71). Associado a isso, houve um processo de concentração acentuada do capital financeiro pela obtenção de lucro robusto advindo da formação

⁷ Cf. LENIN, 2012, p. 48

de sociedades, “emissão de valores, empréstimos do Estado” (LENIN, [1916] 2012, p. 82). A consolidação da oligarquia financeira se materializa pela emissão de valores – uma das principais operações do capital financeiro (LENIN, [1916] 2012, p. 84) – segue em concomitância ao monopólio dessa oligarquia que domina o conjunto da vida social (LENIN, [1916] 2012, p. 87).

É próprio do capitalismo, em geral, separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção; separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo; separar o *rentista*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital dinheiro, do industrial e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente “poderosos” em relação a todos os restantes. Podemos avaliar o volume deste processo pelos dados estatísticos das emissões de toda a espécie de valores. (LENIN, [1916] 2012, p. 89)

O imperialismo se notabiliza pelo domínio da exportação de capital, diferencia-se da livre concorrência na qual era hegemônica a exportação de mercadorias. Essa exportação de capitais é uma das formas de espriar o excedente de capital acumulado nos países imperialistas e, criando, a partir deles, uma rede de ampliação das relações do capital financeiro por meio da dependência e da submissão para os países impostas aos países de economia mais fragilizada. Assim,

(...) Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois isso significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes, o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, e o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas, baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados já terem sido incorporados na circulação do capitalismo mundial; de terem sido aí construídas as principais ferrovias ou estarem em vias de construção; de estarem asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria etc. A necessidade da exportação de capitais se deve ao fato de o capitalismo “ter amadurecido excessivamente” em alguns países, e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carecer de campo para a sua colocação “lucrativa”. (LENIN, [1916] 2012, p. 94)

A exportação de capitais atua na aceleração do desenvolvimento do capitalismo nos países de destino dessas exportações, ao mesmo tempo em que coloca possibilidades de estagnação dos países de origem desses capitais. Significa dizer que a exportação de capitais provoca alargamento e aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo de forma desigual e combinada ao redor do globo. Os países imperialistas exportam capitais com o objetivo de substituir a concorrência

pelo monopólio, impondo-o aos países dependentes, destino desses capitais, via empréstimos e cláusulas de como devem ser gastos esses empréstimos preferencialmente nos países de origem desses empréstimos – tal mecanismo serve, de acordo com Lênin, para estimular a exportação de mercadorias⁸.

O capital financeiro se amplia no sentido de universalizar a relações sociais de produção a ele inerentes, tendo na fundação de bancos e criação de filiais em regiões coloniais papel fundamental para tal objetivo (LENIN, [1916] 2012, p. 98). Neste caso, os países imperialistas, exportadores de capitais, bem como as associações capitalistas oriundas desses países, partilharam o mundo entre si e constituíram uma política neocolonial na qual formou-se a uma nova divisão internacional do trabalho.

As associações de monopolistas capitalistas – cartéis, sindicatos, trustes – partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas, sob o capitalismo, o mercado interno está inevitavelmente vinculado ao mercado externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E, à medida que aumentava a exportação de capitais e se ampliavam, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias, assim como as “esferas de influência” das maiores associações monopolistas, a marcha “natural” das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais. (LENIN, [1916] 2012, p. 99)

Essa “partilha do mundo” é o caminho que os capitalistas seguiram para a manutenção de sua taxa de lucro num contexto de concentração elevada do capital, baseada na partilha e na conquista econômica e territorial do mundo – leia-se: partilha das colônias – na qual são estabelecidas relações entre grupos políticos, Estados (LENIN, [1916] 2012, p. 108). O imperialismo apresenta uma política colonialista em escala mundial associada à expansão global do capital financeiro, em que cada possessão colonial envolve estratégias específicas para manutenção da hegemonia das potências imperialistas:

Ao lado das possessões coloniais das grandes potências, colocamos as colônias menos importantes dos pequenos, que são, por assim dizer, o objetivo imediato de uma “nova partilha”, possível e provável, das colônias. A maioria desses Estados pequenos somente conserva as suas colônias pelo fato de existirem interesses opostos, fricções etc. entre as grandes potências dificultam um acordo para a partilha do saque. Quanto aos Estados “semicoloniais”, nos dão um exemplo das formas de transição que encontramos em todas as esferas da natureza e da sociedade. O capital financeiro é uma força tão considerável, pode se dizer tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e de fato subordina, até mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos a seguir. Naturalmente, a subordinação mais lucrativa e “cômoda” para o capital é *aquela* que traz

⁸ Ver LENIN, 2012, p. 97

consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Neste sentido, os países semicoloniais são típicos exemplos de “caso intermediário”. Compreende-se, pois, que a luta por esses países semidependentes tenha se tornado intensa, sobretudo na época do capital financeiro, quando o resto do mundo já se encontrava repartido. (LENIN, [1916] 2012, p. 115)

No processo de dominação exercida pelas associações monopolistas, há como objetivo o controle total das fontes de matérias primas, a aquisição se torna fundamental para enfrentar possíveis sabotagens e disputas por matérias primas em relação a outros grupos monopolistas (LENIN, [1916] 2012, p. 116). Ademais, a exportação de capitais se realiza também na conquista de colônias, já que nelas as possibilidades de suprimir a concorrência de outros capitalistas são maiores (LENIN, 2012, [1916] p. 118).

A política colonial do imperialismo circunscreve-se à política internacional ditada pelo capital financeiro, de modo que as potências imperialistas dividem o mundo para satisfazer seus interesses políticos e econômicos. Neste caso, abre-se precedente à ampliação das ações do Estado, já que, nesta etapa do capitalismo, o Estado se torna um organismo econômico militante dos seus próprios interesses; mais que isso, inaugura-se uma disposição no âmbito da política e da economia internacional na qual é constituída uma rede de dominação e dependência entre os países formando a nova divisão internacional. Nesta nova disposição estão os países imperialistas – que possuem colônias e ditam as regras do capital – e os países dependentes – financeira ou diplomaticamente, são submetidos à dominação dos imperialistas, tendo conquistado sua independência formal ou não.

Abaixo, a seguinte reflexão de José Paulo Netto:

(...) O que importa observar e destacar com a máxima ênfase é que a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: *o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*. Essa organização – na qual o sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico-financeiro substantivamente redirecionado – comporta níveis e formas diferenciados que vão desde o “acordo de cavalheiros” à fusão de empresas, passando pelo *pool*, o cartel e o truste. Na prossecução da sua finalidade central, a organização monopólica introduz na dinâmica da economia capitalista um leque de fenômenos que deve ser sumariado: a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa *média* de lucro (Mandel, 1969, 3: 99-103) e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil (logo, a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz); e) cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de vida sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado – o que, por outra parte, diminui os lucros adicionais dos

monopólios e aumenta o contingente de consumidores improditivos (contrarrestando, pois, a tendência ao subconsumo). (NETTO, [1992] 2011, p. 20-21)

Os desdobramentos desses elementos incidem na dinâmica econômica e de diversas formas, se expressam na tendência à equalização das taxas lucros adquirida na etapa concorrencial que é repassada aos grupos monopolistas – via extração de superlucros e da dedução da mais-valia de outros grupos monopolistas. Ademais, o processo de acumulação do capital entra num regime diferenciado, no qual os grupos monopolistas tendem a realizar “mais investimentos no exterior dos seus próprios limites (guiando pela taxa de lucro marginal) que no seu mesmo âmbito” (NETTO, [1992] 2011, p. 21); dotado de diminuição do quantitativo de trabalhadores a serem explorados, bem como de estímulo à inovação tecnológica – significa dizer que há um aumento significativo da superpopulação relativa⁹. Associado a isso, José Paulo Netto [1992] (2011) destaca dois fenômenos desta etapa do capitalismo em dois trechos abaixo, quais sejam a supercapitalização e o parasitismo:

No período “clássico” do capitalismo monopolista, dois outros elementos típicos da monopolização fazem seu ingresso aberto no cenário social. O primeiro deles diz respeito ao fenômeno da *supercapitalização* (Mandel, 1969, 3: 229 e ss.): o montante de capital acumulado encontra crescentes dificuldades de valorização; num primeiro momento, ele é utilizado como forma de autofinanciamento dos grupos monopolistas; em seguida, porém, a sua magnitude excede largamente as condições imediatas de valorização, posto que o monopólio restringe, pela sua natureza mesma, o espaço *capitalista* de inversões. É próprio do capitalismo monopolista o crescimento exponencial desses capitais excedentes, que se tornam tanto mais extraordinário quanto mais se afirma a tendência descendente da taxa média de lucro. As dificuldades progressivas para a valorização são contornadas por inúmeros mecanismos, nenhum dos quais aptos para dar uma solução à supercapitalização: de um lado, a emergência da indústria bélica, que se converte em ingrediente central da dinâmica imperialista; de outro, a contínua migração dos capitais excedentes por cima dos marcos estatais e nacionais; e, enfim, a “queima” do excedente em atividades que não criam valor – como veremos, todos esses mecanismos renovam a relação entre a dinâmica da economia e o Estado burguês. (NETTO, [1992] 2011, p. 22)

Assim,

O segundo elemento a destacar aqui é o *parasitismo* que se instaura na vida social em razão do desenvolvimento do monopólio. Trata-se de um parasitismo que deve ser tomado por dois ângulos. Por um, ao engendrar a oligarquia financeira (Lênin, 1977, I: 610 e ss.) e ao divorciar a propriedade da gestão dos grupos monopolistas, o capitalismo monopolista traz à tona a natureza parasitária da burguesia; por outro lado, e só parcialmente em relação à “queima” do excedente acima mencionada, a monopolização dá corpo a uma generalizada burocratização da vida social, multiplicando ao extremo não só as improditivas *stricto sensu*, mas todo um largo espectro de operações que, no “setor terciário”, tão-somente vinculam-se a formas de

⁹ Cf. NETTO, 2011, p. 21

conservação e/ou de legitimação do próprio monopólio. (NETTO, [1992] 2011, p. 22-23)

O estabelecimento de um mercado mundializado – mediado pela formação de uma política neocolonial e divisão internacional de trabalho sob os moldes capitalistas – se expressa na contradição entre socialização da produção e apropriação privada num alto grau, visto que a internacionalização da produção é permeada pelo controle dos grupos monopólicos superior, inclusive, ao controle dos Estados (NETTO, [1992] 2011, p. 23-24). Não significa que o Estado tem menor participação no processo de acumulação e de valorização do capital, mas ao contrário, é demandado dele cada vez mais intervenção e, por isso, o Estado da etapa monopolista se diferencia do da concorrencial.

A etapa imperialista é caracterizada também pela congregação orgânica das funções políticas e econômicas do Estado, as quais são direcionadas com o objetivo de assegurar os superlucros dos monopólios, apresentando uma diversidade de funções (NETTO, [1992] 2011, p. 24-25):

O elenco de suas funções econômicas *diretas* é larguíssimo. Possuem especial relevo a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matérias-primas fundamentais), assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades (trata-se, aqui, da socialização das perdas, a que frequentemente se segue, quando superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado. As *indiretas* não são menos significativas; as mais importantes estão relacionadas às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização; não se esgotam, no entanto –recordem-se os subsídios indiretos, os investimentos públicos em meios de transporte e infra-estrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, com saliência peculiar, os gastos com investigação e pesquisa. A intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, contudo, no terreno *estratégico*, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado: trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através dos planos e projetos de médio e longo prazos; aqui, sinalizando investimentos e objetivos, o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise. (NETTO, [1992] 2011, p. 25-26)

Portanto, a universalização do capitalismo e a reconfiguração do poder e das ações do Estado são características que projetam o modo de produção a outro nível. Neste patamar, constitui-se um processo produtivo espreado para todo o globo, produção em massa e implementação e ampliação de relações sociais de produção inerentes a esse modelo, essa etapa posterior ao imperialismo clássico de Lenin e Bukharin é conhecida como a Era de Ouro do capitalismo. O Estado, como organismo militante de seus interesses econômicos e políticos, internacionaliza

modelo produtivo e transforma avanço tecnológico e força político-econômica em dominação dos países imperialistas em relação aos outros países.

No estágio do imperialismo, a circulação das mercadorias expressa a transformação da realidade objetiva inscrita nos âmbitos social e econômico. A circulação internacional da população atua como o deslocamento da força de trabalho – com forte presença das Américas, onde são absorvidos trabalhadores excedentes da Europa e da Ásia –, principalmente camponeses pauperizados, os rejeitados pela economia rural, bem como o *exército industrial de reserva* produzido no cerne da indústria urbana. (BUKHARIN, [1914] 1984, p. 36).

3.3. O imperialismo estadunidense: articulação do modelo de produção fordista ao alargamento das ações do Estado

Os fenômenos experimentados na vida social após a novidade trazida pelo imperialismo, com a instituição dos monopólios, são, sem dúvidas, decisivos na construção das relações sociais de produção subsumidas ao capital que se desdobrarão na potencialização de relações imperialistas-dependentes entre as regiões do globo. Após a disputa por mercados entre os monopólios e o acirramento dessa disputa com a Primeira e Segunda Guerras, os Estados Unidos se tornam o grande polo industrial do mundo, ao impor um padrão de consumo articulado organicamente ao arquétipo produtivo implementado pelo fordismo ao restante do mundo. Mais que isso, há um processo de legitimação do capitalismo no qual se apregooou o modo de produção capitalista como a única (ou a melhor) via pela qual o conjunto dos trabalhadores teria todas as suas necessidades atendidas. Este é conhecido como a “Era de Ouro” do capitalismo e vigorou entre 1945 e 1973 nos centros imperialistas.

Tal período se constituiu como a expansão do capitalismo, no qual se fez presente a emergência de um arcabouço técnico-operativo na esfera laboral distinto, bem como a transformação do padrão de consumo e desdobrou-se na alteração dos paradigmas da geopolítica política global. Também conhecido como fordista-keynesiano, este período trouxe à tona aspecto diferenciado de compreensão do trabalhador em relação à produção – elaborado por Henry Ford –, de forma a vincular produção em massa a consumo em massa. Mais que isso, havia como objetivo criar um sistema de reprodução da força de trabalho pautado na racionalização do trabalho e no disciplinamento do trabalhador, expressos na

formulação de jornadas de trabalho de oito horas e na formação de um modelo produtivo em linha de montagem – dois fatores importantes que condicionam o trabalhador a produzir em quantidades cada vez maiores e possibilitam que tenha tempo para consumir as mercadorias por ele produzidas.

Apesar de ter surgido mais ou menos em 1914 nos Estados Unidos, o fordismo só encontrou possibilidades de alocação como modelo produtivo na Europa durante a segunda metade da década de 1930. Muito dos motivos que levaram à demora foram o estabelecimento das relações sociais de trabalho, desde sua gênese, baseadas em jornadas de trabalho longas, atividades laborais mecanizadas, retirada acentuada do controle do trabalhador em relação ao processo produtivo associada à sua alta rotatividade; além do fato de a indústria automobilística europeia não ter suas atividades vinculadas à produção de carros em massa ou de modelos mais baratos. (HARVEY, 2014, p. 123-124)

Num contexto de liberalismo incontestado na Europa, as intervenções sistemáticas do Estado concebidas pelo *New Deal*¹⁰ e concretizadas por Keynes¹¹ – que deram suporte para manter as demandas da produção fordista – não eram bem-vindas pelos europeus. Entretanto, com o advento da crise do capitalismo na década de 1930, uma nova relação entre sociedade civil e um processo de reconfiguração dos poderes do Estado foram necessários para estabilizar o capitalismo, em que se pese a formação de distintos arranjos sociais, políticos e institucionais para regular dentro dos Estados a reprodução do sistema capitalista. (HARVEY, 2014, p. 124)

Recuperar-se da guerra era a prioridade esmagadora dos países europeus e do Japão, e nos primeiros anos depois de 1945 eles mediram seu sucesso tomando como base o quanto se haviam aproximado de um objetivo estabelecido em referência ao passado, não ao futuro. Nos Estados não comunistas, a recuperação também significava deixar pra trás o medo de revolução social e avanço comunista, herança da guerra e da Resistência. Enquanto a maioria dos países (além de Alemanha e Japão) voltava aos seus níveis pré-guerra em 1950, o início da Guerra Fria e a persistência de poderosos partidos comunistas na França e Itália desencorajavam a euforia. De qualquer modo, os benefícios materiais do crescimento levaram algum tempo para se fazer sentir. Na Grã-Bretanha, só em meados da década de 1950 eles se tornaram palpáveis. (HOBBSAWM, 1995, p.254)

¹⁰ O *New Deal* se constituiu como uma série de ações implementadas pelo governo dos Estados Unidos entre 1933 e 1937 com o objetivo de reestruturar sua economia após a Grande Depressão.

¹¹ John Maynard Keynes foi economista e reformulou completamente a ideia da participação do Estado na macroeconomia. Suas contribuições teóricas transformaram o capitalismo em algo distinto daquilo que apregoava o liberalismo e deu condições desse modo de produção sobreviver após a Grande Depressão de 1930 até os dias de hoje.

Houve no período pós-Guerra significativa reformulação do capital associada uma intensificada internacionalização da economia, na qual foi produzido um tipo de “economia mista”, cabendo aos Estados a responsabilidade de administrar e planejar a modernização econômica. De forma concomitante, à esfera estatal também foi incumbido o compromisso de garantir o pleno emprego e a atenuação de desigualdades sociais, expressa em gastos com previdência e seguridade social. Estas medidas proporcionaram maiores possibilidades para que o conjunto dos trabalhadores dos países de capitalismo avançado consumisse bens de luxo, constituindo certa democratização do mercado. (HOBBSAWM, 1995, p.264)

Neste período é possível observar o aumento substancial da capacidade produtiva em escala global e a complexificação da divisão internacional do trabalho. Participaram desse processo os países alinhados à zona de influência dos Estados Unidos – já que esse era o contexto da Guerra Fria –, no qual expandiu-se a produção industrial dos países de capitalismo avançado, ao passo que os países de capitalismo mais frágil importavam os excedentes dessa produção industrial expandida e exportavam matérias-primas e alimentos a baixo custo. (HOBBSAWM, 1995, p.264)

Somente depois de 1945, de acordo com David Harvey, a ampliação das ações do Estado foi decidida, já que isso fez do fordismo um regime de acumulação maduro e distinto. O fordismo formou a base de expansão do capitalismo no pós-guerra que perdurou até 1973, no qual os países de capitalismo avançado alcançaram altas e estáveis taxas de crescimento econômico. Ao se articular à política de administração estatal keynesiana, alocou principalmente nesses países elevação dos padrões de vida, bem como a contenção de crises e de conflitos de interesses entre as potências imperialistas de diversos países, sobretudo as europeias. Ademais, expandiu internacionalmente o capitalismo em escala mundial, incluindo algumas nações anteriormente colonizadas pelos países imperialistas. (HARVEY, 2014, p. 125)

Importante ressaltar também que a industrialização se expandia em todas as partes do mundo, nos países imperialistas, no bloco socialista e nos ditos países do “Terceiro Mundo”. Entretanto, cada país vai apresentar sua especificidade de acordo com a relação de imperialismo e dependência cada um é exposto – alta tecnologia para os países imperialistas e com investimento no consumo em massa, exportação de matérias-primas e gêneros alimentícios para os países dependentes. Com essa

divisão de tarefas no campo da macroeconomia, a Era de Ouro foi o período no qual houve crescimento das de produção taxas de manufaturas e de bens de consumo não duráveis.

Muito do grande *boom* mundial foi assim um alcançar ou, no caso dos EUA, um continuar de velhas tendências. O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada *junk food* (o McDonald's foi uma história de sucesso do pós-guerra). Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praias ensolaradas. (HOBSBAWM, 1995, p.259)

Esse período é permeado também pela emergência de indústrias resultantes do amadurecimento de tecnologias desenvolvidas nas duas Guerras Mundiais, trazidas à esfera da mercadologização para a produção e o consumo de massa. Tal conjuntura, entretanto, se constituiu em determinados lugares do globo, isto é, naqueles países de capitalismo avançado, situados na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão, os quais se tornaram os grandes polos da produção mundial. As demandas do capitalismo pós-guerra se expandiram entre o conjunto dos trabalhadores dos países não alinhados ao comunismo e devastados pela guerra com recursos financeiros dos Estados Unidos. Sob a dominação estadunidense na economia mundial, houve um crescimento constante do mercado mundial, tanto da exportação de matérias-primas oriundas dos países dependentes quanto da absorção desses produtos pelos países imperialistas. (HARVEY, 2014, p. 125).

Mas o crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos e desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha lucrativa segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta. (HARVEY, 2014, p. 125)

Ao passo que a produção fordista exigia maciços investimentos em capital fixo – que necessitava de condições estáveis para continuar lucrativa –, o Estado assumia diversas obrigações combinando controle dos ciclos econômicos e políticas monetárias e fiscais. No pós-guerra, essas políticas foram direcionadas às áreas de investimento público associado a taxas próximas de pleno emprego – combinação fundamental para o crescimento da produção e do consumo em massa. Houve

também nesse período por parte dos governos da Europa Ocidental e dos Estados forte gasto com políticas sociais, além de acordos trabalhistas fechados diretamente entre Estado e o conjunto dos trabalhadores. (HARVEY, 2014, p. 129)

O fordismo serviu de modelo de introdução e de expansão do imperialismo estadunidense no qual concretizou-se um processo de expansão do capitalismo apoiado na ampliação dos fluxos de comércio e do investimento em escala global. Mais que isso, esse modelo de produção se consolidou e expandiu na Europa e no Japão a partir de 1940 como parte do esforço de guerra dos Estados Unidos mesclado aos interesses das indústrias estadunidenses em ganhar novos mercados via investimentos mediados pelo Plano Marshall¹² e pelo Plano Colombo¹³. Associado a isso, a partir de 1945, a abertura da Europa e do Japão ao investimento estrangeiro viabilizou que excedentes de produção dos Estados Unidos fossem absorvidos fora de seus limites, constituindo uma nova forma de capitalismo no qual se apresenta um mercado de massa em escala global articulado à imposição de uma nova forma de consumo à população – o consumo em massa –, com exceção aos países alinhados ao socialismo e de capitalismo menos dependente.

O desenvolvimento desigual da economia mundial representa não só o mero espraiamento de uma nova espécie de capitalismo, mas trouxe à tona crescimento estável da demanda mundial, a internacionalização da oferta de matérias-primas a baixo custo por meio da abertura do comércio internacional. Essa nova forma de internacionalização da economia teve como lastro a emergência e generalização de atividades como bancos, seguros, o turismo, entre outras. (HARVEY, 2014, p. 131).

“(...) Em suma, era agora possível o cidadão médio desses países viver como só os muito ricos tinham vivido no tempo de seus pais – a não ser, claro, pela mecanização que substituíra os criados pessoais.” (HOBBSAWM, 1995, p.259)

Assim,

Tudo isso se abrigava sob o guarda-chuva hegemônico do poder econômico e financeiro dos Estados Unidos, baseado no domínio militar. O acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do

¹² O Plano Marshall, criado em 1947, foi a estratégia política e econômica dos Estados Unidos para reestruturar as economias da Europa Ocidental após a Segunda Mundial. Essa reestruturação tinha como objetivo dinamizar a economia da Europa não comunista via empréstimo e abertura ao comércio dos excedentes da produção estadunidense. Cf. ANDERSON, 2015.

¹³ O Plano Colombo segue modelo semelhante ao do Plano Marshall, criado em 1951. Houve a cessão de empréstimos por parte dos Estados Unidos para dinamizar as economias do Sudeste Asiático, sobretudo do Japão, destruído pela derrota na Segunda Guerra. Cf. ANDERSON, 2015.

mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder. (HARVEY, 2014, p. 131-132)

Essa nova internacionalização advinda do fordismo estadunidense foi implementada nos países de capitalismo dependente como um processo de modernização que, de fato, desenvolveu as forças produtivas, ao passo que produziu opressão de povos e destruição de culturas locais. Não houve também ganhos significativos em relação ao padrão de vida e aos serviços públicos, exceto para as elites nacionais associadas ao capital internacional. Este contexto explica a causalidade do surgimento de movimentos de libertação nacional que ameaçavam a hegemonia geopolítica dos Estados Unidos, tendo como resposta apologia ao militarismo e ao anticomunismo como via de estabilização da geopolítica e da economia global. (HARVEY, 2014, p. 133-134)

Essa forma de acumulação do capital não surgiu do acaso ou se instituiu de forma rápida, mas, ao contrário, é fruto de uma infinidade de discussões entre as potências imperialistas – leia-se: Estados Unidos e Inglaterra – na qual prevaleceu a hegemonia de Washington. Essa nova ordem econômica mundial seguiu articulada a uma nova política mundial e, para isso, foram necessárias a criação de instituições que estivessem alinhadas aos interesses estadunidenses – não por acaso, os acordos de Bretton Woods foram firmados 1944, bem como o Banco Mundial fora criado no mesmo ano em Washington; o Fundo Monetário Internacional (FMI) também criado no ano posterior na capital dos Estados Unidos, bem como a Organização das Nações Unidas em Nova Iorque; e, por fim, a criação do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) ou Acordo Geral de Tarifas e Comércio em 1947. (HOBSBAWM, 1995, p.269)

Apesar disso, é notável que numa era de espetacular crescimento econômico e crescente escassez de mão de obra, e num mundo ocidental dedicado a livres movimentos na economia, os governos resistem à livre imigração, e, quando de fato começaram a permiti-la (como no caso dos habitantes do Caribe e outros membros da Comunidade Britânica, que tinham o direito de assentar-se porque legalmente eram britânicos), acabassem por interrompê-la. Em muitos casos só se concedia a esses

imigrantes, a maioria vinda dos países menos desenvolvidos do Mediterrâneo, permanência condicional e temporária, para que pudessem ser facilmente repatriados, embora a expansão da Comunidade Econômica Europeia, passando inclusive vários países de imigrantes (Itália, Espanha, Portugal, Grécia), tornasse isso mais difícil. Mesmo assim, no início da década de 1970 cerca de 7,5 milhões haviam migrado para os países europeus desenvolvidos (Potts, 1990, pp. 146-7). Mesmo na Era de Ouro a imigração era uma questão politicamente delicada. Nas difíceis décadas após 1973, ia levar a uma aguda elevação da xenofobia pública na Europa. (HOBSBAWM, 1995, p. 271)

Por fim, essa etapa do capitalismo apresentou a progressiva criação de sucursais bem como criação de sedes de empresas com capital oriundo das potências imperialistas, sobretudo dos Estados Unidos, nas diversas nações de capitalismo dependente. Há também, por conseguinte, o reforço de uma relação de dependência, no qual, agora, os Estados são o centro das decisões da geopolítica e da macroeconomia do planeta, com exceção do bloco socialista. Por fim, o Brasil é uma dessas nações dependentes do capital estadunidense, mas possui um papel fundamental junto a Washington na consolidação desse novo tipo de capitalismo, reproduzindo, inclusive e em parte, a dinâmica imperialista em relação aos demais países da América Latina, em escala regional.

3.4. O Estado dependente como expressão da relação imperialismo-dependência na Nova Divisão Internacional do Trabalho

A política imperialista, de acordo com Theotonio dos Santos [1978] (2011), busca se ajustar a uma nova conjuntura internacional, na qual há tendencialmente uma divisão política bastante contundente das correntes políticas dispostas no interior do grande capital internacional, uma delas composta por setores mais conservadores e por setores de cunho mais liberal. A ideia de ajuste se concentrava no sentido de apaziguar as forças políticas em ascensão, de evitar uma radicalização da política e de um subsequente questionamento ao próprio sistema capitalista. Essas correntes políticas se orientavam de forma alinhada à social-democracia.

Tal preocupação fez com que certos setores do capital internacional desenvolvessem teses relacionadas à reforma social e política para que o grande capital assumisse o embate com a ordem político-econômica e social de cunho liberal. Para que este objetivo fosse alcançado, mudanças significativas na estrutura econômica internacional foram realizadas no sentido de: estabelecer uma nova divisão internacional do trabalho; financiar maior participação do Estado em escala

nacional e internacional; promover maior desenvolvimento da economia de bem-estar circunscrita a uma orientação privada, entendida como uma fonte e espaço de proteção de investimentos, bem como *lócus* de desenvolvimento de planejamento urbano como atividade “semi-privada” na qual se combinam transporte de massa aos veículos individuais; diminuir ou interromper parcialmente os gastos militares e os conflitos com os países socialistas; e, por fim, executar uma entrada econômica massiva nos mercados dos países socialistas. (DOS SANTOS, [1978] 2011, p. 285)

Entretanto, há outra corrente do grande capital que tinha como principal objetivo extinguir quaisquer possibilidades de ascensão de movimentos populares, questionando também a capacidade de administrar esses movimentos por parte dos governos de cunho social-democrata. Estas correntes são compostas por setores do grande capital que vêm no uso da violência a ferramenta única de repressão à ascensão popular, com profunda afeição a golpes militares e movimentos fascistas. Tais setores são representados pelos capitais de caráter especulativo, mais diretamente ligado ao consumo militar-estatal, também é o capital mais beneficiado com os períodos de crise – seja ela política, econômica, social. (DOS SANTOS, [1978] 2011, p. 286)

No que diz respeito ao programa, esta corrente ditatorial não se separa muito significativamente da anterior. Apenas um ponto pode causar mais confrontos. Trata-se de despesas militares. Como a corrente fascista atualmente atrai principalmente os setores mais fracos do grande capital, é fortemente dependente do consumo do Estado e, portanto, favorece um capitalismo de Estado mais particularmente ligado ao consumo militar do que o apoiado pela oligarquia tradicional. Tem uma forte cobertura financeira e uma ampla área de mobilidade internacional e pode arbitrar mais soluções econômicas de longo prazo, porque não depende tão fortemente do consumo estatal e militar em particular. (DOS SANTOS, [1978] 2011, p.286 – tradução livre)

Essas duas correntes, no entanto, não adotaram práticas de extinção uma da outra. Elas seguem apoiando diferentes arranjos políticos que possam fortalecê-las em determinados lugares, apresentando novas relações de poder na esfera internacional permeadas pelo policentrismo, pelo conflito entre os diferentes centros, pelo nacionalismo e pelo crescimento do comércio entre os diferentes blocos econômicos. O surgimento de novos centros de poder – entre eles o Brasil – fez da política de incorporação das potências emergentes um imperativo para a criação de acordos políticos sólidos. Assim, os Estados Unidos fizeram desse imperativo uma política de Estado para dominação do comércio e da política em dimensão global por

meio também de boa parte da sua classe política institucional para isso. (DOS SANTOS, [1978] 2011, p.286-287)

Uma certa flexibilidade associada a um flagrante pragmatismo da política realizada no período Nixon-Kissinger buscou um novo equilíbrio de poder e orientou a política dos Estados Unidos por longo tempo, pela qual articulou-se uso da violência direta a governos mais alinhados ao socialismo e apoio – financeiro e político – a diversos golpes de Estado, sobretudo na América Latina (DOS SANTOS, [1978] 2011, p. 287-288). Haja vista tal conjuntura,

Isso mostra claramente que a política de flexibilidade e pragmatismo não implica um apoio irrestrito às tendências social-democratas ou centro-esquerda. Nem é uma declaração de princípios liberais e democráticos, mas um ajuste tático quando a situação evolui para uma perda significativa de controle político em certas regiões do mundo. O recurso ao golpe de estado e até a invasão ou a ameaça de guerra é uma forma decisiva de ação do imperialismo. (DOS SANTOS, [1978] 2011, p.288 – tradução livre)

Assim, constitui-se uma nova organização da Divisão Internacional do Trabalho orientada pelos Estados Unidos e na qual são atualizadas as relações imperialistas e dependentes. O subimperialismo, entretanto, aparece como um tipo de *substrato do imperialismo*, pelo qual os países cujo poder regional possui debilidades no que se refere à influência político-econômica, geopolítica e social numa esfera global e na manutenção de uma espécie de capitalismo submisso ao capitalismo dos países imperialistas.

3.4.1. *Dependência, capitalismo dependente e Estado dependente*

A dependência e o processo de submissão das economias latino-americanas se confundem com a internacionalização do próprio sistema capitalista, na qual, primeiramente, a América Latina se incorpora a esse sistema no período da expansão mercantilista do século XVI, submetido pelo Pacto Colonial ibérico. Posteriormente, é no século XIX que essa região começa a ter participação mais ativa no mercado mundial, tendo como função principal ser base da expansão industrial inglesa – principalmente – via produção de matérias-primas, sendo também mercado consumidor da indústria leve da Europa. A independência das regiões da América Latina, ainda no século XIX, reforçou este último processo alinhado à Inglaterra e fizeram desses novos países espaços fundamentais para o avanço da industrialização dos países imperialistas. (MARINI, [1969] 2014, p. 47-48)

(...) num primeiro momento, os países que respondem mais prontamente às exigências da demanda internacional são aqueles que apresentam certa

infraestrutura econômica, desenvolvida na fase colonial, e que se mostram capazes de criar condições política relativamente estáveis. (...) aumentam sensivelmente neste período seu comércio com as metrópoles européias, baseado na exportação de alimentos e matérias-primas (...) Paralelamente, utilizando inclusive o crédito oferecido pela Inglaterra, aumentam suas importações de bens de consumo não duráveis e dão início construção de um sistema de sistema de transporte, através de obras portuárias e das primeiras ferrovias, abrindo assim um mercado complementar à incipiente produção pesada europeia. (MARINI, [1969] 2014, p. 48-49)

Segundo Ruy Mauro Marini [1969] (2014), novas potências se projetam para o exterior a partir de 1875, especialmente Alemanha e Estados Unidos, momento no qual os estadunidenses implementam políticas de próprias de intervenção no continente americano. Essas políticas em determinado ponto entram em conflito com os interesses da Inglaterra, haja vista a influência dos Estados Unidos no comércio e nas exportações dos países latino-americanos, sobretudo (MARINI, [1969] 2014, p. 49). Os países imperialistas, de capitalismo mais avançado, seguem, entretanto, uma forma distinta de acumulação de capital, mas atualizando a submissão da América Latina:

Nos países centrais, por sua vez, aumenta o desenvolvimento da indústria pesada, com a tecnologia que lhe corresponde, e a economia se orienta a uma maior concentração das unidades produtivas, dando lugar ao surgimento dos monopólios. Esses traços, gerados pela acumulação capitalista realizada nas etapas anteriores, aceleram o processo e forçam o capital a buscar campos de aplicação fora das fronteiras nacionais, mediante empréstimos públicos e privados, financiamentos, aplicação em ações e, em menor medida, investimentos diretos. Portanto, diferentemente dos créditos externos utilizados antes e que correspondiam a operações comerciais compensatórias, a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista. (MARINI, [1969] 2014, p. 49)

Esse período é marcado pelo auge, até então, da economia agro-exportadora latino-americana, que resultou da aceleração do processo de urbanização e da industrialização nos países imperialistas – já que isto aumentou a demanda mundial por matérias-primas e alimentos –, produziu também incremento na infraestrutura dos países latino-americanos, um fluxo maior de capital estrangeiro e aprofundamento das relações dependência como um tipo bem específico de integração ao mercado mundial. Assim, tendencialmente, os países dependentes têm seu principal setor de exportação assegurado pelo investimento direto do capital estrangeiro, enquanto as atividades secundárias de exportação e a exploração do mercado interno ficam por conta das classes dominantes associadas ao capital internacional (MARINI, [1969] 2014, p. 49-50). Ademais,

(...) em contraste com o que ocorre nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está subordinada à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que, mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação, e se traduz em rendas que se aplicam, em sua maior parte, nas importações. A diferença entre o valor das exportações e das importações, ou seja, o excedente passível de ser investido, sofre, portanto, a ação direta de fatores externos à economia nacional. (MARINI, [1969] 2014, p. 50-51)

É necessário ressaltar que em alguns países dependentes há também certa autonomia das classes dominantes em relação às decisões sobre o investimento na atividade principal de exportação, mas sempre mediada pela dependência econômica no mercado mundial – geralmente, o excedente é investido na atividade exportadora mais rentável, o que tende à atualização do regime de *plantation*. O consumo das camadas populares e a atenuação das crises cíclicas dos países imperialistas são respondidas com a aplicação de parte do excedente em atividades destinadas ao mercado interno – fazendo alguns países produzirem, concomitante, uma grande indústria de importação e uma indústria leve destinada ao mercado interno, com expressões mais artesanais ou de núcleos fabris de relevância. (MARINI, [1969] 2014, p. 51)

Outra situação apontada por Marini é quando a principal atividade de exportação está sob controle do capital estrangeiro, na qual apenas uma fração da mais-valia colhida no comércio mundial – boa parte pertence aos capitalistas estrangeiros – é repassada à economia nacional via tributos e impostos pagos ao Estado.

(...) Daqui se derivam duas consequências: redistribuída às classes dominantes locais – que por isso disputam o controle do Estado –, essa parte da mais-valia se converte em demanda de bens importados, reduzindo consideravelmente o excedente passível de ser reinvestido; do mesmo modo, a parte da mais-valia que permanece em mãos do capitalista estrangeiro somente é investida no país se as condições da economia central assim exigirem. Partes substanciais da mais-valia são subtraídas do país através da exportação de lucros e, nos ciclos de depressão na metrópole, ela é transferida integralmente. (MARINI, [1969] 2014, p. 52)

Isto posto, é atribuído aos países da América Latina ao longo do século XIX e no início do século XX um papel de economia dependente e agroexportadora, em que se pese o repasse da mais-valia produzida nessas economias para economias imperialistas, seja pela imposição de práticas financeiras, seja pelo investimento direto na produção (MARINI, [1969] 2014, p. 52). Depreende-se assim, que o Estado no capitalismo dependente é permeado por formações sociais específicas, bem como pela superexploração da força de trabalho. (OSORIO, 2014, p. 205)

No capitalismo dependente, o Estado é constituído por relações restritas de soberania postas no interior da formação do sistema capitalista mundial e na qual os países imperialistas possuem forte ingerência. Neste caso, há uma característica estrutural do sistema capitalista mundial expressa no exercício desigual de soberania, em que, de acordo com Jaime Osorio (2014), provoca no Estado dependente uma relação de *subsoberania*. Essa condição de *subsoberania* implica subordinação das classes dominantes locais às classes dominantes dos países imperialistas e, ainda que haja certo consenso, conflitos de interesses entre essas classes não estão vedados. (OSORIO, 2014, p. 206). Assim, este tipo de capitalismo

(...) provoca o enfraquecimento ou a ausência nas classes dominantes do capitalismo dependente – pelo menos em seus setores mais poderosos – de projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais. Seus projetos operam em condições de subordinação – e associação – aos capitais desenvolvidos e imperialistas que predominam em diversos momentos históricos. Esta situação está na base do fato de que, no capitalismo dependente, *todo projeto político soberano deve necessariamente assumir conotações anti-imperialistas e, ao mesmo tempo, anticapitalista e popular*. (OSORIO, 2014, p. 206-207)

A debilidade das classes dominantes das regiões dependentes está articulada à também debilidade estrutural do Estado e do processo de dominação no capitalismo dependente, tendo como compensação e como resposta às relações de dominação imperialista o realce da dimensão autoritária do Estado – ainda que sob feição democrática (OSORIO, 2014, p. 207-208). Ademais, a debilidade produtiva no capitalismo dependente se alia ao protagonismo do Estado para impulsionar os projetos do capital internacional – pelo uso da força ou pela cooptação, fazendo do Estado um agente de suma importância no desenvolvimento político-econômico da América Latina.

Por outro lado, o fato de a reprodução capitalista no capitalismo dependente ser apoiada na superexploração da força de trabalho engendra diversos processos produtivos que tendem a ignorar as demandas do conjunto dos trabalhadores, limitando a produção à exportação a um setor bastante reduzido que compõe o mercado interno e é fruto da intensa concentração de riqueza. Mais que isso, neste tipo de capitalismo, a expansão limitada da estrutura produtiva reduz a massa de trabalhadores empregados ao passo que aumenta o contingente de trabalhadores em situação de subemprego e de desemprego, situação mediada pelo aumento da intensidade e das jornadas de trabalho. (OSORIO, 2014, p. 208)

O capitalismo é um sistema produtivo que dialeticamente produz dimensões civilizatórias e de barbárie, na qual esta última prevalece no capitalismo dependente, resultando na produção de conflitos sociais mais acirrados. A reprodução do capital apoiada na superexploração gera um conjunto de expressões da questão social, tais como o esgotamento precoce do trabalhador, a miséria, o desemprego estrutural, entre outras. Na condição subimperialista, todos esses elementos tendem a ser potencializados, levados a uma possível espécie de superexploração e de barbárie ainda a serem estudados.

4. O Brasil no século XXI e os fenômenos causais da imigração boliviana e haitiana

O imperialismo estadunidense produz um novo patamar de produção de bens de consumo e de relações de dominação e dependência. O Brasil é um dos principais *lócus* de intervenção dos Estados Unidos, constrói a partir dessa intervenção mecanismos que reiteram as relações de dependência às quais o Brasil é submetido historicamente. Agora, o Estado brasileiro presencia um processo distinto de participação na geopolítica regional circunscrita, sobretudo, à América Latina, instaurando de forma concomitante, a manutenção da dependência em relação às potências imperialistas – Estados Unidos, principalmente – e a emergência de uma política de dominação regional – seja econômica ou pelo uso da força –, numa lógica subimperialista.

Subimperialismo, pois o Brasil não tem o alcance da dominação e da influência das potências capitalistas imperialistas tais quais os Estados Unidos e a Inglaterra. Entretanto, não é um país que sua economia majoritariamente ou restrita à venda de produtos relacionados à agroexportação e de *commodities*, possui um nível de desenvolvimento industrial superior ao dos países vizinhos na América do Sul. Seja pelo incremento no período de *substituição de importações* com Getúlio Vargas, seja pela injeção de capital excedente dos Estados Unidos, a indústria brasileira necessitou exportar capital para outros países – assim como fizeram os Estados imperialistas no começo da etapa imperialista do capital.

O Brasil, ao se apresentar como uma nação subimperialista e, por assim dizer, como um aspirante a potência global, fez de experiências de internacionalização de empresas brasileiras e da Missão de Paz no Haiti os laboratórios para definitivamente se legitimar como uma potência subimperialista. O caráter da superexploração da força de trabalho, base da estrutura socioeconômica brasileira e de toda e qualquer nação dependente, não seria extinto com a chegada dos imigrantes haitianos e bolivianos, mas intensificado, com a prática constante de exposição desses imigrantes a condições de trabalho análogas à escravidão, pela qual esses trabalhadores chegam a ter um custo inferior ao dos chineses.

4.1. Subimperialismo e a particularidade brasileira

De acordo com Ruy Mauro Marini [1972] (2007), as mudanças ocorridas no sistema capitalista no sistema capitalista mundial entre as décadas de 1960 e 1970

provocaram o surgimento do subimperialismo como uma etapa inaugural do capitalismo dependente, na qual uma formação econômico-social distinta foi amadurecida no Brasil. O subimperialismo é, ao mesmo tempo, um nível hierárquico do sistema capitalista e uma etapa do capitalista, isto é, uma etapa superior de certas formações econômico-sociais que se tornam interlocutoras do imperialismo ao se apropriarem do valor de nações mais débeis e transferi-lo às nações imperialistas. (LUCE, 2013, p. 130)

As nações subimperialistas, entretanto, não superam a condição de dependência, de forma a se constituírem nelas formações econômico-sociais que deslocam as contradições inerentes ao capitalismo dependente, a fim de garantir a reprodução ampliada do capital e de atenuar os resultados da dependência via formas específicas de reprodução do capital e de cooperação antagônica com o imperialismo. Os Estados subimperialistas, assim, se constituem pela ausência de questionamento à sua condição de dependência, pela busca de uma autonomia relativa sob a permissão dos Estados imperialistas (LUCE, 2013, p. 130).

O imperialismo emerge na virada do século XIX para o XX – mais precisamente, nas três últimas décadas do século XIX –; o subimperialismo surge no movimento de capitais do pós-Segunda Guerra, na esteira de uma integração do capitalismo em escala mundial. Ambos surgem num sistema organizado em centros e periferias que se altera com o desenvolvimento histórico do sistema capitalista e da divisão internacional do trabalho – permeada por mudanças nos valores de uso produzidos, formas cada vez mais atualizadas na apropriação do valor, bem como distintas formas de integração dos sistemas produtivos (LUCE, 2013, p. 131).

Essa transformação expressa a um só tempo a mudança operada na dinâmica do imperialismo *tout court* e de formações subimperialistas no âmbito do processo expansionista da acumulação de capital em escala mundial. Um movimento dialético pelo qual o externo (exportação de capital) se internalizou (elevação do grau da composição orgânica do capital) e, como nova síntese de novas determinações, novamente se exteriorizou (expansão subimperialista), modificando as formas de funcionamento do capitalismo mundial. (LUCE, 2013, p. 132)

Neste caso, a autonomia relativa concedida nos marcos dos interesses dos grandes centros imperialistas se expressa também na ascensão de certas economias dependentes a um novo patamar na hierarquia do capitalismo mundial, assumindo novas formas de dependência, ao passo que se tornam responsáveis pela extração de mais-valia em economias capitalistas mais frágeis. Não há, contudo,

preocupação em elevar o nível de vida do conjunto dos trabalhadores (LUCE, 2013, p. 132).

Assim como Lenin caracterizou o imperialismo como a etapa superior do capitalismo, o subimperialismo consiste, segundo Marini (1977a, p.31), na “forma que o capitalismo dependente assume ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro”. Um estágio superior de desenvolvimento no qual “a seu estilo dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa de exportação de capital, assim como na rapina de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro e o gás” (Marini, 1977a, p.32). A chegada de um país dependente à etapa subimperial põe em marcha o estabelecimento de uma divisão regional do trabalho em proveito do capital subimperialista, assinalada pela apropriação do valor das nações mais débeis, que se tornam objeto de uma esfera de influência que atende aos interesses da reprodução do capital sediado no país imperialista (seja ele propriedade da burguesia interna, seja de capitais provenientes dos grandes centros imperialistas, sendo comum a associação entre ambos). Nesses termos, a ascensão do Brasil à condição de exportador de manufaturados diferenciava-o de outras nações latino-americanas que viam se aprofundada sua especialização produtiva na divisão regional do trabalho que o subimperialismo engendrava. (LUCE, 2013, p. 132-133)

O subimperialismo é constituído pela entrada da economia dependente na etapa dos monopólios e do capital financeiro, algo que decerto produz novas tendências no grau de acumulação do capital em escala global. Ademais, para alcançar tal patamar na hierarquia do capitalismo mundial, os países subimperialistas necessitam de um Estado forte, uma burguesia que tenha projetos próprios e interesse de converter esses projetos de expansão econômica e política em projetos nacionais, subornando ou persuadindo outras frações da burguesia e outras classes sociais, nos âmbitos interno e externo. (LUCE, 2013, p. 133)

De acordo com Mathias Luce (2013), ainda que algumas economias dependentes tenham ascendido no sentido de alcançar uma composição orgânica média do capital e ao grau de exportadores de manufaturados e de capitais, nem todas tinham a condição de ditar uma divisão sub-regional do trabalho com o objetivo de satisfazer as demandas de suas burguesias. Alguns Estados dependentes amadureceram nos marcos de uma formação social subimperialista e, para isso, foram necessários alguns elementos que, mediados pela intervenção do próprio Estado, concretizando uma política expansionista com relativa autonomia:

- a) a ascensão de um país dependente – dentre aqueles tipo A, na tipologia da industrialização elaborada por Vania Bambirra (2012) – para a condição de subcentro regional respondendo pelas pautas da acumulação mundial, ao se converter em subcentro da indústria pesada com certa escala da produção interna e certo grau de operação do capital financeiro;
- b) a unidade entre frações burguesas, através do deslocamento de suas contradições internas;
- c) a formulação de um projeto nacional subimperial;
- d) a formação de trustes capitalistas nacionais, com a atuação do Estado

como instrumento de intermediação na vinculação da economia dependente ao imperialismo; e) a condição de economia dependente que apresenta não apenas cedência de valor para as economias imperialistas, mas que também se apropria de valor das nações mais débeis. (LUCE, 2013, p. 134)

O Brasil, na América Latina, é o único a reunir esses elementos e, por isso, se torna uma nação subimperialista, pela qual foi formulado um novo padrão de intercâmbio desigual a partir da formação de trustes capitalistas brasileiros. O fato de a burguesia dos países dependentes serem subsumidas à dos países imperialistas cria óbices para que negocie diretamente com o imperialismo adquirir condições mais favoráveis no processo de integração global do capital definido pelos Estados imperialistas. O reforço do Estado nacional, assim, é escolhido como agente dessa negociação, permitindo concentrar e organizar suas forças. (LUCE, 2013, p. 134-135).

O quadro de atividades do Estado subimperialista se situa na garantia da reprodução do capital imperialista nele investido e na negociação por uma autonomia relativa em relação aos grupos capitalistas estrangeiros, a fim de munir as burguesias locais de meios que as deem condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento num capitalismo associado e integrado ao capital internacional. O Brasil se transformou num exportador de manufaturados e de capitais por meio da formação dos trustes de capital nacional e da ação do Estado brasileiro na formulação de um projeto nacional subimperial – gestado na Escola Superior de Guerra, no Itamaraty, entre outros – e que chancelou a unidade entre as frações burguesas do País. (LUCE, 2013, p. 136)

O subimperialismo adota características semelhantes às do imperialismo, no sentido de tentar inibir ou superar temporariamente a lei da queda tendencial da taxa de lucro, circunscrito a um padrão de reprodução que se situa na interação entre as leis específicas da economia dependente e a divisão internacional do trabalho que orientam o período correspondente da economia mundial (LUCE, 2013, p. 136).

A estrutura imperialista surge das demandas do capital em garantir maiores possibilidades de exploração da força de trabalho mais imediata, bem como da busca de novos mercados pelo capital. Assim, essa estrutura

(...) tinha que atuar em duas frentes: complementar o mercado interno através do consumo público e abrir as portas do mercado externo. No primeiro caso, e dado que não se cogitava estimular o consumo popular, esse complemento se centrou menos em obras de benefício social que em obras relacionadas diretamente aos interesses do capital, seja com o objetivo de criar maiores facilidades para sua reprodução, seja com a finalidade de absorver parte daquilo que não podia ser destinado ao

consumo popular. Algumas dessas obras, como os investimentos na ampliação do sistema de produção de energia elétrica, cumpriam ambas as intenções, aumentando a oferta energética e absorvendo bens produzidos por diferentes setores industriais; outras, como as compras de material bélico e o impulso dado à indústria aeronáutica, satisfaziam principalmente o segundo objetivo, cumprindo também com as ambições das forças armadas, que formam a coluna vertebral do esquema subimperialista. (MARINI, [1969] 2014, p. 165-166)

A expansão das nações subimperialistas para o mercado externo está submetida aos interesses dos monopólios internacionais, mas, no caso brasileiro, dependia também da capacidade da elite econômica brasileira de competir nesse mercado, na qual havia a necessidade de superexplorar de forma incisiva e constante do conjunto dos trabalhadores. Neste caso, a hegemonia dos grupos da indústria pesada no interior da coalizão das frações da elite brasileira orientou a expansão para as economias de maior grau de dependência que pudessem absorver sua produção, resultando no incremento do nível tecnológico da indústria leve nacional. “Esta, por certo, se via obrigada a coadjuvar na expansão externa mediante a aquisição de maior capacidade competitiva e também a se converter num mercado mais dinâmico para a indústria de bens de capital” (MARINI, [1969] 2014, p. 166).

O subimperialismo surgiu com o movimento de capitais que ocorreu no interior da nova divisão internacional do trabalho do pós-Segunda Guerra, na qual alguns países dependentes experienciaram a formação de trustes por meio da aglomeração entre capital e o Estado. Alguns países, a partir dessa dinâmica, se tornaram subimperialistas, nos quais foram formados os monopólios, a aglomeração do capital financeiro em trustes, o alcance de um determinado grau de industrialização, além de contar com a unificação das frações das elites brasileiras em um projeto de expansão capitalista de caráter nacional. (MARINI, [1972] 2007, p. 76)

O subimperialismo teve sua existência quando alguns países dependentes congregaram a condição de exportadores de capitais à manutenção da situação de dependência e à pilhagem de matérias-primas e fontes de energia nos países de capitalismo de maior grau de dependência, resultante do embate por mercados no exterior. O Brasil seguiu na esteira do subimperialismo a partir da ditadura empresarial-civil-militar de 1964, momento no qual ingressa na fase dos monopólios e do capital financeiro sem romper com o caráter dependente. O subimperialismo não se resume a um tipo de política externa orientada conforme o governo do

momento, mas uma condição estrutural do capitalismo brasileiro desde a segunda metade da década de 1960. (MARINI, [1972] 2007, p. 76-77)

4.2. O subimperialismo brasileiro: trajetória e intervenções na Bolívia e no Haiti

Os Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970 se orientaram numa política externa de contenção da “ameaça comunista” para a América Latina. Tal mote justificava o apoio a inúmeros golpes militares nessa região alinhados política e ideologicamente aos estadunidenses. Ademais, a Doutrina de Segurança Nacional seguia na direção do combate a experiências que contestassem a hegemonia dos Estados Unidos, como a Revolução Cubana e o governo de Salvador Allende no Chile, entre outros; trazia com ela manter a ordem econômica e social sob os limites das formações econômico-sociais do capitalismo dependente. (BUENO; SEABRA, 2011, p.15)

Essa política expansionista é uma característica central do subimperialismo que foi pregada pela Escola Superior de Guerra, como o coronel Golbery do Couto e Silva. Sua biografia é uma espécie de síntese da aliança entre o grande capital e a elite militar: completou sua formação militar nos Estados Unidos e depois se integrou à Força Expedicionária Brasileira, que combateu na Segunda Guerra Mundial na Itália incorporada ao V Exército estadunidense. Integrou-se ao Estado-Maior do Exército, participou da missão militar brasileira no Paraguai durante três anos e, em 1952, foi nomeado adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. O governo nascido do golpe de Estado de 1964 o nomeou chefe do Serviço Nacional de Informação, sendo o organizador e o primeiro titular do novo serviço de inteligência até o fim do governo de Humberto Castelo Branco (em 1967); tornou-se um dos homens fortes do regime. Retornou depois à atividade privada, contratado pela multinacional estadunidense Dow Chemical como presidente para América Latina. Contando com Couto e Silva, a multinacional se tornou uma das empresas petroquímicas mais importantes no Brasil. (ZIBECHI, 2012, p. 37-38)

A estratégia do imperialismo na América Latina começa a sofrer grandes alterações a partir de 1980, pelas quais Marini [1972] (2007) discorre sobre a troca da manutenção de parceiros regionais por um processo chamado de reconversão produtiva – transformação ocorrida pelas mudanças na divisão internacional do trabalho. Mais que isso, tal contexto histórico se permeia pela transformação dos arranjos político-econômicos da esfera macroeconômica internacional, mas também pela sabotagem – mas não o fim – da resistência dos movimentos populares a partir da década de 1980 como atesta o trecho abaixo:

Pela ótica das experiências de contestação à hegemonia norte-americana, o final do século XX presencia, após a Revolução Sandinista de 1979, o encerramento das experiências revolucionárias iniciadas pela Revolução Cubana de 1959. O grande marco de contenção foi a Crise da Dívida Externa dos anos 80, que acentuou a subordinação dos países da América

Latina aos centros imperialistas por meio dos programas de ajustes do Fundo Monetário Internacional. (BUENO; SEABRA, 2011, p.16)

Neste caso, houve um processo de mudança da estratégia imperialista e de introdução dos credores internacionais no centro da agenda da política externa após explosão da Crise da Dívida – momento no qual houve também a ascensão das lutas de massas no Brasil – que resultou na impossibilidade de progressão de uma política externa alinhada à cooperação antagônica descrita por Marini [1969] (2014). Assim, essa impossibilidade se manteve na década 1990, mas com um contorno ainda mais dramático para o conjunto dos trabalhadores, no qual, a partir do Consenso de Washington, o imperialismo dos Estados Unidos buscava implementar políticas alinhadas à cartilha neoliberal, pautada na privatização e na liberalização financeira e econômica. (BUENO; SEABRA, 2011, p.16-17)

A superação da cooperação antagônica que Ruy Mauro Marini [1969] (2014) se referia, acabou por resultar na implementação de uma política externa orientada em concessões unilaterais e no alinhamento à posição dos Estados Unidos por parte do Brasil, na década de 1990. Entretanto, a década de 2000 e os primeiros anos do século XXI apresentam um cenário político distinto na relação entre Estados Unidos e América Latina, em que a aplicação do projeto neoliberal provocou o aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade de renda, tendo nesses elementos o combustível para surgimento de governos mais progressistas e mais autônomos em relação a Washington.

Os governos de caráter mais contestador ao imperialismo estadunidense como o de Fernando Lugo, no Paraguai, Evo Morales, na Bolívia, Hugo Chávez, na Venezuela e Rafael Correa, no Equador, conviveram com as intervenções militares “preventivas” aplicadas no governo George W. Bush e com o acirramento dos Tratados de Livre Comércio, ambos para defender os interesses dos Estados Unidos. Esse caráter mais contestador permitiu que o Brasil praticasse a atualização de uma política externa de cooperação antagônica em relação aos Estados Unidos. (BUENO; SEABRA, 2011, p.17)

Os governos Lula entre 2003 e 2010 praticam uma política externa que, ora se alinha ao imperialismo dos Estados Unidos, ora possui um caráter mais contestador a interesses estadunidenses. Nessa esteira, o Brasil constitui uma forma mais atualizada de subimperialismo na América do Sul – mais especificamente a

Bolívia – e cria uma nova forma de sua expressão no Caribe – no caso do Haiti.

Assim:

Segundo LUCE (2008), os conflitos pontuais da política externa do governo Lula entre 2003 e 2007, visando maior autonomia, estariam ligados a i) priorização das políticas de parcerias Sul-Sul, ii) ênfase no MERCOSUL, iii) criação de um bloco sulamericano de países, iv) protagonismo em fóruns multilaterais como o G-20, e v) busca de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Já na colaboração com o projeto estadunidense ocorreria i) através da atuação do Brasil na busca da estabilização política da América do Sul, a exemplo do papel de mediador das crises internas do Paraguai, Venezuela, Equador, Bolívia e Haiti, além da crise bilateral entre Equador e Colômbia; e ii) apoio a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA e o acordo de livre comércio com a ALADI, dando forma a Área de Livre Comércio da América do Sul - ALCAS. (BUENO; SEABRA, 2011, p.17)

As consequências para a Bolívia não se apresentaram tardiamente após o governo Lula, diversas manifestações de cunho popular aconteceram em 2011, a exemplo das marchas indígenas em defesa do Território Indígena y Parque Nacional Isiboro (Tipnis) – área de proteção do território indígena boliviano – e do bloqueio de estradas que davam acesso às suas principais cidades. Tais manifestações ocorreram em protesto à condescendência do governo Evo Morales em relação à forte intervenção das empresas brasileiras no país, questionando a empreiteira OAS e a construção de rodovias com o crédito concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (ZIBECHI, 2012, p. 31-32).

Assim, “(...) Os conflitos mantidos por grandes empresas brasileiras em países vizinhos pequenos (Petrobras na Bolívia, Odebrecht no Equador, entre outros), evidenciaram o papel do Brasil na região” (ZIBECHI, 2012, p. 32). O subimperialismo não é um fenômeno estritamente econômico, não se resume apenas à exportação de manufaturas e capital, bem como à disputa por recursos naturais, matérias-primas e fontes de energia. Além desses elementos, o subimperialismo também produz ideologia e valores.

O Estado subimperialista brasileiro se expandiu inicialmente na América do Sul via uso da violência direta associada a investimentos de empresas brasileiras – estatais ou não. O caso do subimperialismo brasileiro na Bolívia data do começo da década de 1970, em que teve participação direta no golpe militar de 1971 liderado por Hugo Bánzer contra o governo de Juan José Torres, golpe defendido pelas instâncias oficiais das relações exteriores do governo brasileiro (ZIBECHI, 2012, p. 37).

A participação no golpe militar na Bolívia foi embasada em duas teses muito fortes na época, quais sejam: a “doutrina do cerco”, pela qual o Brasil estaria supostamente cercado por regimes hostis, além da “guerra ideológica”, que tinha como objetivo neutralizar esses regimes. O golpe foi iniciado na cidade de Santa Cruz – base dos golpistas e onde parte do empresariado brasileiro se concentrou –, visto que o aeroporto da cidade foi o local usado para receber armas e munições por meio de aviões. Mais que isso,

(...) Tratava-se de grandes quantidades de metralhadoras que foram entregues nesses dias decisivos, quando mineiros e estudantes resistiam armados contra membros da Falange Socialista Boliviana, que tinha adotado o nome de Exército Nacionalista Cristão. No dia 15 de agosto, quatro dias antes do golpe, o Brasil tinha mobilizado tropas na fronteira; os aviões que levavam armas aos militares e civis golpistas ostentavam a bandeira brasileira. O envolvimento direto com os golpistas foi tão longe que o cônsul do Brasil em Santa Cruz, Mario Amorío, chegou a ser ferido durante os combates. (ZIBECHI, 2012, p. 39-40)

A participação brasileira no golpe militar boliviano não viria sem uma contrapartida, e assim foram assinados inúmeros acordos pelos quais a Bolívia repassava ao Brasil petróleo, gás e certos tipos de minérios a baixos preços. Além disso, houve um planejamento por parte do Estado e do empresariado brasileiro na infraestrutura boliviana que atendessem aos seus interesses, principalmente no acesso ao Pacífico com a construção da ferrovia entre as cidades de Cochabamba e Santa Cruz, com a possibilidade também de ligação com o Atlântico via porto de Santos e a outro ponto do Pacífico, mais especificamente na cidade Arica, norte do Chile (ZIBECHI, 2012, p. 40). A Bolívia também cedeu territórios ao Brasil, em 1974 e 1976, além de ter sido invadida pelo Estado brasileiro e ocupada por brasileiros.

O Brasil se transformou num centro autônomo de acumulação de capital e país de origem de empresas que hoje estão entre as mais importantes do mundo nos mais variados ramos produtivos, com claro apoio do Estado ao planejar uma arquitetura político-econômica e infraestrutural pela qual faz da América do Sul um espaço de superexploração e de pilhagem, constituindo uma relação de dominação aos países dessa região (ZIBECHI, 2012, p. 48).

Todos esses elementos do subimperialismo brasileiro vêm sendo articulados a um crescente fortalecimento de uma política militar, alocada principalmente na orientação da Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti, tendo o Brasil como o formulador de estratégias de intervenção direta ou não nas regiões conflituosas do país (ZIBECHI, 2012, p. 48). A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no

Haiti (MINUSTAH) se torna uma das frentes da intervenção subimperialista brasileira em território haitiano, visto que o comando da Missão de Paz também serviria como laboratório para que o Brasil comprovasse sua influência geopolítica e garantisse uma vaga como membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), legitimando-se como candidato à expansão do Conselho.

O subimperialismo brasileiro no Haiti também tem como objetivo produzir – assim como outras nações subimperialistas e imperialistas – ideologia, valores e consenso. O “Jogo da Paz” é um dos exemplos mais fortes disso, no qual a seleção brasileira de futebol chegou ao país no dia 18 de agosto de 2004 para fazer um amistoso contra a seleção local, houve grande adesão e festa por parte da população haitiana onde a “pátria de chuteiras” criou entre os cidadãos locais um breve suspensão do cotidiano de uma situação de desastres naturais advindos dos terremotos e da condição geral de miséria do país mais pobre das Américas.

4.3. Fluxos migratórios no Brasil do século XXI, dinâmica de superexploração da força de trabalho imigrante e a importância das remessas de dinheiro

O fortalecimento geopolítico e econômico brasileiro na Bolívia e no Haiti criou no imaginário das populações desses países o entendimento de no Brasil existir mais oportunidades de emprego, renda e melhoria nas condições objetivas de vida. Entretanto, pelo fato de o Brasil ser uma nação subimperialista, há na formação socioeconômica nacional o caráter da superexploração e ainda em níveis mais intensos com relação aos imigrantes, mais especificamente empreendidas aos haitianos e bolivianos.

As transformações ocorridas nos fluxos migratórios internacionais, em geral, são resultantes do desenvolvimento socioeconômico dos países de destino e dos países de origem dos migrantes. No caso brasileiro, sua política de expansão subimperialista é decisiva para influenciar a entrada de imigrantes oriundos de países fronteiriços como a Bolívia. Além disso, de acordo com Duval Fernandes (2015), o Brasil não aloca somente um projeto migratório de permanência prolongada, mas se torna também uma etapa para um projeto migratório maior, isto é, que levará alguns imigrantes aos países capitalistas imperialistas.

Os fluxos migratórios internacionais mudaram muito por conta da crise econômica que defrontou, a partir de 2008 e num primeiro momento, os países do capitalismo imperialista. Este contexto fez esses países, destino da maioria dos

migrantes, deixarem de ser tão atrativos à migração, visto que as regiões imperialistas passaram a praticar políticas de restrição seletiva à imigração que, em certos casos, se expressaram na expulsão massiva de força de trabalho imigrante (FERNANDES, 2015, p. 22). Assim,

Nessa nova situação, que também atinge o Brasil, o processo de emigração, tendo os grandes centros do Hemisfério Norte como local de destino, passam por uma reversão que inclui a migração de retorno às regiões de origem dos antigos imigrantes e o aparecimento de um novo fluxo composto de imigrantes naturais dos países com maior nível de desenvolvimento que, em, sua maior parte, possuíam nível de instrução elevado e estavam em busca de colocação no mercado de trabalho, na maioria dos casos, em países emergentes, por conta de avanços na economia que geraram postos de trabalho não ocupados por nacionais. (FERNANDES, 2015, p. 22-23)

A crise econômica é uma das questões a serem consideradas para essa mudança nos fluxos migratórios com destino ao Brasil, mas é preciso também compreender a transformação socioeconômica brasileira ocorrida nos últimos 20 anos.

No Brasil desde os anos de 1990 os impactos das transformações societárias no mundo tomam maior corpo, impulsionados pela intensa financeirização das transações comerciais, pela reestruturação na produção e pela reconfiguração dos Estados. Uma das conseqüências desses processos foi o aprofundamento das desigualdades entre os países de capitalismo central e os periféricos, assim como das desigualdades internas em cada país. Segundo Fontes (2014), o capitalismo contemporâneo inova e recria as contradições fundamentais deste modelo societário, deste modo as disparidades e desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais se aprofundam, sejam internamente em cada país como entre os países centrais e periféricos. (DIAS, 2016, p. 3)

Neste período houve a uma inflexão na gestão das políticas neoliberais – com ampliação vasta e programada de políticas de privatização de empresas públicas – para um governo que propôs em seu programa alinhado ao social-liberalismo – ainda que de forma residual e por meio da financeirização das políticas públicas e sociais –, maior diálogo com a sociedade civil e maior atenção com a questão migratória no País. Ademais,

(...) Quando acontece a crise mundial em 2008, o país estava em plena efervescência econômica, via investimentos privados e governamentais na área da construção civil pesada e prospecção de petróleo . Ao mesmo tempo, a política de transferência de renda e inserção laboral de uma parcela da população que se encontrava marginalizada contribuiu para a criação de um considerável mercado interno que ampliou o poder de compra da população. Essa situação permitiu que o impacto da crise econômica mundial fosse pouco sentido e que, nos anos seguintes, as taxas de crescimento do PIB levassem o país a ocupar um lugar de destaque no cenário da economia mundial. (FERNANDES, 2015, p. 24)

Tais elementos formam um conjunto de condições favoráveis à migração internacional com destino ao Brasil, num contexto de crescimento econômico que

demandava mais força de trabalho qualificada para atender aos setores de infraestrutura e indústria, bem como de força trabalho com menor qualificação técnico-científica para substituir os trabalhadores locais em determinados ramos. Este panorama tem como precedente uma nova política de internacionalização da economia brasileira da década de 1990 (FERNANDES, 2015, p. 24).

Neste caso, a imigração de bolivianos e haitianos tem no subimperialismo brasileiro o seu caráter comum, mas se diferenciam no tempo de duração e no contexto histórico de sua inauguração e continuação. Em termos de políticas migratórias, de acordo com Duval Fernandes (2015), o fluxo migratório de haitianos se iniciou após o terremoto que ocorrera no Haiti em 2010, associado à relevância internacional alcançada pelo Brasil até então. A migração dos bolivianos resulta da integração econômica e pelos acordos de livre trânsito e regularização dos imigrantes entre Brasil e demais países da América do Sul (FERNANDES, 2015, p. 28).

A questão da migração haitiana é especial, visto que desde o pós-Segunda Guerra não havia um número tão expressivo da entrada de imigrantes vindos do Hemisfério Norte em direção ao Brasil. Entretanto, feitas as mediações entre as diferenças de desenvolvimento do capitalismo entre os países da Segunda Guerra e o Haiti, este apresenta algumas peculiaridades:

A situação social no Haiti vem, desde muito, deteriorando-se e apresentando-se como uma das maiores catástrofes das Américas. Não bastasse a crise política em que vive o país há mais de 20 anos, situações de extrema gravidade como intempéries climáticas e, mais recentemente, um terremoto que matou mais de 48.000 pessoas têm contribuído para a deterioração do tecido social e ampliado a extrema miséria em que vive a maior parte da população. Neste quadro assustador, a busca de saídas inclui, naturalmente, a emigração. O Banco Mundial (2011) estima que, aproximadamente, 10% da população do país (1.009.400) tenha emigrado, e outras fontes afirmam que a diáspora haitiana já teria passado a casa dos 3,0 milhões de emigrantes (HAITIAN DIASPORA, 2011). Este contingente se espalha pelos Estados Unidos e pelo Caribe, principalmente a República Dominicana. (FERNANDES, 2015, p. 29)

A presença do Brasil no Haiti comandando a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), a partir de 2004, foi decisiva para inserir o Brasil entre os destinos mais procurados pelos haitianos para fugir da instabilidade de ordem político-econômica e social no país haitiano. Os imigrantes vindos do Haiti adotam algumas táticas, tanto para entrada quanto para permanência no Brasil como, por exemplo:

Os principais pontos de entrada no Brasil são as fronteiras do Peru com os Estados do Acre e Amazonas. Ao chegarem à fronteira, estes imigrantes

apresentam uma solicitação de refúgio, alegando as péssimas condições de vida no Haiti e a impossibilidade de continuar vivendo naquele país, após o terremoto. Sendo o Brasil signatário das convenções sobre o acolhimento de refugiados, as autoridades na fronteira registram estas solicitações e as encaminham ao órgão competente: o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), do Ministério da Justiça, para análise. Enquanto aguardam a tramitação do pedido de refúgio, os imigrantes recebem uma documentação provisória (Cadastro de Pessoa Física – CPF e Carteira de Trabalho) que lhes permite circular pelo país na busca por trabalho. (FERNANDES, 2015, p. 29)

A política externa brasileira também é outro fator que explica a imigração de haitianos, que passou por transformações desde o governo Lula em 2003, e pela qual a liderança das forças de paz no Haiti divide sua inserção no país com a forte presença de empresas brasileiras no mercado local – principalmente empreiteiras e grandes construtoras que se encarregam de reconstruir do Haiti. Tais ações expressam a estratégia do Brasil em criar um modelo suficientemente integrado dentro da América Latina para alocar a expansão das empresas brasileiras, e ainda serviria para mostrar a capacidade de arbitragem e de intervenção em conflitos armados, com o objetivo de garantir assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (MAGALHÃES, 2017, p. 122).

(...) embora a atuação brasileira no país se dê no sentido das forças de estabilização e de contenção dos movimentos sociais e populares, no resguardo da estrutura de classes interna e na manutenção dos interesses capitalistas na região (cooperação com o capitalismo mundial, especialmente com o imperialismo norte-americano), existe um alto grau de especificidade dos próprios interesses nacionais brasileiros no país (antagonismo com outras forças imperialistas, como Estados Unidos e França). Essas especificidades apontam sobretudo para o acesso a fontes de matérias-primas, a construção de estradas, portos e refinarias e desenvolvimento de projetos nas áreas de comércio, saúde e educação. (MAGALHÃES, 2017, p. 124)

Há um processo de interação entre a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Nacional do Haiti com projetos definidos nas áreas da segurança pública, tráfego urbano e primeiros socorros, numa espécie cooperação técnica (MAGALHÃES, 2017, p. 125).

A visita do ex-presidente ao Haiti e a ida da seleção brasileira de futebol ao país caribenho atraíram os haitianos a migrarem para o Brasil no sentido de fugir de um contexto de crise econômica e política. A fuga de muitos haitianos de seu país é motivada também por uma antiga tradição de emigração. Há também a construção da imagem sobre o Brasil pelos coiotes que compõem uma rede de tráfico humano no Haiti, propagando a ideia de o Brasil estar imune à crise econômica, de haver no

país abundância de trabalho e facilidades de entrada e permanência (MAGALHÃES, 2017, p. 129-130).

As expectativas construídas em relação ao Brasil não são correspondidas pela realidade que encontram quando chegam ao país (FERNANDES, 2014; PERAZZA, 2014; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). As duras condições da viagem, as ameaças constantes dos coiotes, a espera pelos documentos já no Brasil, as dificuldades de emprego e de salário e a discriminação racial e social no Brasil são algumas das principais dificuldades que formam o mosaico de um país que não acolhe dignamente os imigrantes haitianos (SILVA, 2016). De outro lado, a mudança na condução da política econômica na passagem do segundo governo Lula ao governo Dilma – e intensificada agora com o aprofundamento desta política econômica liberal pelo Governo Temer – significou o retorno da ortodoxia, com o arrefecimento do crescimento econômico e o aumento da fragilidade e vulnerabilidade em relação às crises externas. Por tal razão, também no mercado de trabalho a realidade que os imigrantes haitianos encontram no Brasil não corresponde àquela que os atraiu no Haiti (FERNANDES, 2014; PERAZZA, 2014; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). (MAGALHÃES, 2017, p. 132)

Os megaeventos no Brasil, caso da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, fizeram do país um destino preferencial para os haitianos. Ademais, o discurso do ex-presidente Lula no Haiti dizendo que o povo haitiano seria bem recebido no Brasil (MAGALHÃES, 2017, p. 131) se tornou também convite à imigração e a certeza de uma entrada segura e permanência prolongada. Articulada a um discurso conciliador, a influência brasileira no Estado haitiano segue uma mescla de compartilhamento do modelo de aparelho burocrático-formal-legal representado pela Polícia Rodoviária Federal e a participação de institutos públicos e de empresas públicas e privadas brasileiras no Haiti, a exemplo da EMBRAPA, OAS, entre outros:

A presença brasileira no Haiti se desenvolve, também, em aproximadamente 40 projetos implementados no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica Bilateral de 2004. Estes projetos, muitos dos quais se dão em parceria com outros países também presentes no Haiti, se dão nas áreas de agricultura, segurança alimentar, formação técnica e profissional, saúde, segurança, educação, justiça, esportes e meio ambiente, entre outros (ZAMBERLAM et al, 2014). Vejamos brevemente alguns exemplos ilustrativos dessa presença brasileira no Haiti: há projetos de dois Ministérios, o da Justiça, no qual a Polícia Federal brasileira capacita membros da Polícia Nacional do Haiti, e da Saúde, com investimentos em construção de hospitais, institutos de reabilitação, centros de assistência, laboratórios de vigilância epidemiológica e distribuição de vacinas. Ademais, há iniciativas de empresas como EMBRAPA, SENAI, SENAC e a FIOCRUZ. (MAGALHÃES, 2017, p. 131)

Outra iniciativa brasileira, mas que envolve o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, é o Centro Cultural Brasil-Haiti, que desenvolve cursos esporádicos e permanentes, de língua portuguesa e cursos que apresentam a cultura brasileira com o objetivo de gerar um diálogo inter-cultural. Ainda que não

apresente um caráter estritamente ligado ao viés militar e econômico, este projeto segue vinculado ao fluxo migratório Brasil-Haiti, oferecendo cursos normalmente procurados jovens haitianos de Porto Príncipe que planejam migrar para o Brasil de forma menos vulnerável e precária que a usual (MAGALHÃES, 2017, p. 133-134).

A imigração boliviana no Brasil, especialmente com destino a São Paulo, teve seu início em 1950 com a entrada de estudantes bolivianos por meio do programa de intercâmbio cultural Brasil-Bolívia criado à época. Esse fluxo migratório tem seu acirramento na década de 1980, com um perfil constituído por uma população de ambos os sexos, solteiros, nível mediano de escolaridade, oriundos predominantemente de La Paz e Cochabamba, embora não sejam as únicas regiões¹⁴. Entretanto,

Até recentemente, uma parcela considerável dos bolivianos que adentrou o território brasileiro não estava legalizada, porque o Estatuto do Estrangeiro só permite a entrada de mão de obra especializada e de empreendedores. Aqueles que não apresentavam essas características tinham como opção, para a regularização, casar-se com brasileiro ou ter um filho nascido em território brasileiro (SILVA, 2008). Contudo, o Brasil buscou criar mecanismos para facilitar a regularização destes e de outros imigrantes. Em 2009, por meio do Decreto nº 6.893/2009, promulgou-se lei que concedeu anistia aos estrangeiros que entraram no país até 1º de fevereiro de 2009 e aqui residiam de forma irregular. No mesmo ano, entrou em vigor o acordo de livre trânsito de pessoas na área do MERCOSUL, Chile e Bolívia (Decretos nº 6.964/2009 e nº 6.975/2009). Uma avaliação preliminar da anistia aos 33 imigrantes irregulares aponta que, até o final de 2009, foram realizadas, aproximadamente, 42 mil solicitações e destas, 17 mil tinham como solicitantes imigrantes bolivianos (OIM, 2010). (FERNANDES, 2015, p. 32-33)

Os imigrantes bolivianos não se concentram de forma homogênea, mas se concentram, em sua maioria, nas áreas metropolitanas como São Paulo, e nas regiões fronteiriças como Corumbá e Porto Velho (FERNANDES, 2015, p. 33). Mesmo com um histórico de imigração, o Brasil ainda não constituiu uma política sólida o suficiente para recepcionar contingentes de trabalhadores cada vez maiores e cada vez mais pauperizados que chegam irregularmente ao País. Tal condição faz dos imigrantes haitianos e bolivianos trabalhadores mais propensos à superexploração maior que a estrutural empregada aos trabalhadores brasileiros.

4.3.1. Políticas brasileiras de imigração: história e atualidade

Tais questões envolvendo a imigração de haitianos e bolivianos evocam a ausência de políticas sistematizadas e planejadas para o conjunto dos imigrantes na

¹⁴ Cf. (FERNANDES, 2015, p. 32)

história do Brasil. Essas políticas que, ora estimulam as imigrações, ora as reprimem, têm um caráter residual e seletivista, geralmente levadas a reboque pelos interesses geopolíticos e econômicos conjunturais do Estado brasileiro. São mediadas também por incentivo imigratório intermitente, com alguns momentos de expressão de racismo explícito dos governos brasileiros.

Os fluxos migratórios no Brasil, até mesmo antes de se tornar república, já apresentavam esses elementos, seja pela escravização de cerca de três milhões de africanos entre 1550 e 1850, seja pela Política racista de Branqueamento a partir de 1850 – com o intento de substituir os negros recém-libertos pelos europeus nas lavouras. Tal política se pautou na doutrina da eugenia que tinha na imigração de europeus brancos o melhoramento da raça, e pela qual foi promovida a entrada de cerca de 4,4 milhões de população de imigrantes composta principalmente por alemães, italianos e espanhóis e portugueses, além dos japoneses, entre os anos de 1870 e 1929¹⁵.

Os imigrantes europeus – principalmente italianos e espanhóis, que alguns tinham uma tradição política alinhada ao anarquismo – foram importante força política na luta por direitos trabalhistas, bem como pela subsequente conquista desses direitos entre os operários urbanos no Brasil até os anos 1920. O governo brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial, rompe relações com Alemanha, Itália e Japão, países com maior número de emigrantes que se destinavam ao Brasil, além de criar na década de 1930 dispositivos que limitavam a entrada dos imigrantes com a alegação da necessidade de proteção ao trabalhador nacional¹⁶ – algo que escondia, na verdade, a retaliação aos trabalhadores anarquistas italianos associada a uma política de alinhamento aos Países Aliados¹⁷.

O acolhimento dos estrangeiros, sobretudo os mais pauperizados, por parte dos governos brasileiros tem se limitado uma legislação de restrição que os força a uma situação irregular de permanência, colocando-os mais sujeitos a trabalhar e viver em condições precárias, bem como a ter seus direitos básicos violados. A regularização dos imigrantes no Brasil exige superar óbices de cunho burocrático-econômico e, ainda que superados, a regularização não garante a eles desfrutar dos mesmos direitos que os brasileiros natos.

¹⁵ Ver Revista Polis, 2012, p. 2-3.

¹⁶ Cf. Revista Polis, 2012, p. 3-4.

¹⁷ Ver ANDERSON

O Brasil é o único país da América do Sul a não reconhecer o direito dos imigrantes a votar e serem votados em nenhum nível da administração política, direito vedado pela Constituição Federal de 1988, resultante dos resquícios do Estatuto do Estrangeiro¹⁸, Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Este estatuto, criado na ditadura militar, proíbe a participação dos imigrantes em sindicatos, associações profissionais, corroborando com a visão do imigrante como uma ameaça à soberania do país e à manutenção da empregabilidade do trabalhador brasileiro¹⁹. O Estatuto do Estrangeiro foi revogado pela nova Lei de Imigração²⁰, nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que regulamenta, entre outras coisas, entrada e permanência dos imigrantes.

Entretanto, o crescimento do número de imigrantes no Brasil a partir de 2009 veio acompanhado da histórica falta de uma política sistematizada para receber o imigrante. Assim, haitianos e bolivianos desenvolvem novas formas de permanência e acesso ao mercado de trabalho – quando não entram na informalidade

Muitas vezes descrito como liberal e acolhedor após 2010, a política de migração do Brasil em relação aos recém-chegados haitianos tem sido impulsionada pelos interesses econômicos do setor corporativo brasileiro, bem como o reconhecimento da natureza complexa e híbrida dessa migração após o terremoto e os seguintes furacões que afetaram a economia haitiana. Em resposta às primeiras chegadas no Brasil (2010-2012), os haitianos têm permissão para solicitar o asilo, um processo legal que ofereceu acesso temporário ao mercado local de emprego. No entanto, a situação da maioria dos haitianos não se enquadrava na categoria dos refugiados, tal como definida pela Convenção de Genebra. (AUDEBERT, 2017, 66 – tradução livre)

No caso dos haitianos, em 2012, o Governo Federal concedeu vistos humanitários com a Resolução Normativa 97 (RN 97) para confrontar os coiotes e as rotas migratórias por eles usadas. No ano de 2013 houve a prorrogação anual do período de validade da RN 97, concedendo vistos a 48.000 haitianos (AUDEBERT, 2017, 66-67 – tradução livre). Com a entrada dos imigrantes haitianos pelos estados da região amazônica e o atendimento de suas demandas básicas como saúde e acomodação, um número substancial de empresas do Sul passou a recrutá-los diretamente para trabalhar. (AUDEBERT, 2017, 66 – tradução livre)

A maioria dos migrantes subsequente continua para os estados do sul, em direção ao coração econômico do país em busca de oportunidades de emprego. De acordo com o RAIS / MTE, a maioria dos 30.000 cidadãos haitianos que possuíam uma autorização de trabalho no Brasil em 2014

¹⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm> Acesso em 3 dez. 2017.

¹⁹ Cf. Revista Polis, 2012, p. 4-5.

²⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art124> Acesso em 3 dez. 2017.

concentravam-se nos três estados de Santa Catarina (25 por cento), São Paulo (24 por cento) e Paraná (22 por cento). Eles geralmente se juntaram ao mercado de trabalho mais precarizado, principalmente na construção civil, abate e processamento de carne, restaurantes e bares, agricultura (produção de maçã), limpeza. (AUDEBERT, 2017, 67 – tradução livre)

Outra questão a ser tratada são as remessas, produzidas pela economia dos salários – ainda que mediadas por condições precárias de assalariamento e gasto elevado com aluguel, mantidos por duplas jornadas de trabalho – são recursos poupados do consumo e do lazer, destinados majoritariamente a familiares para garantir condições de subsistência à família. A forma de envio de remessas é feita em sua maioria por transferência bancária (MAGALHÃES, 2017, p. 247-248). Também,

(...) Com isso, tais recursos, originados no processo de trabalho na cidade de destino e que justificam, em grande medida, a aceitação de níveis adicionais de exploração da força de trabalho e de renúncia a consumo e lazer na sociedade de acolhida, não são utilizados para alterar significativamente as situações econômicas e sociais das famílias receptoras. Embora permita um nível de consumo adicional, essencial muitas vezes para a própria subsistência material e sobrevivência destas famílias, elas apenas aliviam mas não alteram a situação de vulnerabilidade em que se encontram essas famílias. No sentido em que esta situação não é um subproduto das remessas, mas sim de uma situação econômica e social que a condiciona e engendra relação de dependência destes recursos, podemos avaliar de forma mais concreta a relação entre migração, remessas e desenvolvimento no caso haitiano. (MAGALHÃES, 2017, p. 251)

A chegada ao Brasil não representa, entretanto, boas condições de trabalho e de qualidade de vida. Os imigrantes haitianos e bolivianos, por conta da falta de uma política elaborada para os imigrantes, estão mais suscetíveis ao aliciamento de coíotes antes mesmo de sua entrada, além da subsequente superexploração de sua força de trabalho. Os imigrantes mais pauperizados, majoritariamente, são submetidos a uma jornada média de 14 a 16 horas de trabalho por dia²¹, além de, em alguns casos, receberem cerca de R\$ 200 a R\$ 300 por mês – visto que alimentação e moradia são descontadas diretamente do pagamento desses trabalhadores. Alimentos com prazo de validade vencido e condições inóspitas de habitação dessas moradias são a realidade desse perfil de imigrantes que chega ao Brasil²².

Esses imigrantes se dirigem majoritariamente para o estado de São Paulo, haitianos e bolivianos são encontrados em cidades como Osasco, Americana e até mesmo na região central da cidade de São Paulo, em condições análogas à

²¹ Ver BRASIL DE FATO. **Escravidão de imigrantes em oficina ligada à Marisa**. 25-31 mar. 2010.

²² Cf. O GLOBO. **Fornecedor da Zara em SP usa trabalho escravo**. 18 ago. 2011.

escravidão. São superexplorados em oficinas têxteis ligadas a empresas de vestuário nacional como a Marisa e a Unique Chic²³, além de empresas estrangeiras do mesmo ramo como a espanhola Zara. As condições de habitação fornecidas pelos donos das oficinas se encontram superlotadas, com colchões em péssimo estado e colocados no chão, péssimas condições de higiene, mofo e infiltrações – habitações compartilhadas, inclusive, com crianças pequenas²⁴.

Parte dos imigrantes também está inserida – neste caso, majoritariamente haitianos – nos setores da mineração e da construção civil, casos em Minas Gerais como o do conglomerado britânico Anglo American e uma construtora por ele contratada chamada Diedro Construções e Serviços Ltda. Os haitianos foram encontrados em situação análoga à escravidão, com hemorragias no estômago, alimentando-se com produtos de baixa qualidade – com produtos vencidos, inclusive – obrigados a pagar entre 200 e 400 reais com transporte para chegar ao local de trabalho²⁵.

Outros ramos como o da carvoaria e de frigoríficos também alocam exploração da força de trabalho de forma degradante. Segue-se, em muitas vezes, jornadas de mínimo de 9 horas nas carvoarias em troca de um salário de 950 reais, ou um salário de mil reais em frigoríficos com temperatura de cerca de 9 graus – 3 graus abaixo do estabelecido pelo Ministério do Trabalho que é de 12 graus. Um haitiano, de acordo com uma pesquisa da ONU, já custa menos que um chinês²⁶.

Por fim, uma das mais conhecidas formas de ganho pelos trabalhadores imigrantes – que neste caso se especifica nos bolivianos – é a venda de produtos artesanais como pulseiras, cordões anéis e afins. Normalmente as notícias mais encontradas sobre esse tipo de trabalho informal se inscrevem em lugares turísticos como a praia do Arpoador e de Botafogo²⁷ e a Zona Sul do Rio de Janeiro – embora boa parte dos bolivianos já estejam até mesmo na Zona Oeste da cidade. Disputam espaço nas calçadas com camelôs locais (com a licença da Prefeitura ou não) e seguem sob constante ameaça de terem seus materiais apreendidos pela Guarda Municipal do Rio de Janeiro, gerando embates entre esses comerciantes.

²³ Ver BRASIL DE FATO. **Peruanos escravizados produzindo peças da Unique Chic**. 20-26 mar. 2014.

²⁴ Cf. BRASIL DE FATO. **Fiscalização resgata haitianos escravizados em São Paulo**. 28 ago.- 3 set. 2014.

²⁵ Ver BRASIL DE FATO. **Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil**. 6-12 fev. 2014.

²⁶ Cf. O GLOBO. **Imigrantes sofrem com trabalho degradante**. 17 ago. 2014.

²⁷ Ver O GLOBO. **Invasão latina**. 20 set. 2015.

Considerações finais

Os fluxos migratórios Haiti-Brasil e Bolívia-Brasil têm como caráter comum o subimperialismo brasileiro, com o advento da ditadura empresarial-civil-militar de 1960, como aponta Marini. A ditadura empresarial-civil-militar abriu o projeto de poder brasileiro que apoiava na formação de uma estrutura que comportasse a expansão da influência brasileira na América Latina – leia-se: a expansão das empresas brasileiras, públicas ou privadas, bem como a participação militar via apoio a ditaduras em outros países.

As relações migratórias mais próximas com a Bolívia, no entanto, se iniciam na década de 1950 com o programa de intercâmbio cultural que trazia jovens estudantes bolivianos ao Brasil, principalmente para São Paulo. O caso do Haiti se apresenta de forma distinta à da Bolívia. A imigração haitiana tem sua expressão mais contundente logo após o terremoto em 2010, em que se pese também a intervenção ativa brasileira no Haiti desde 2003 com a MINUSTAH; o crescimento econômico e a estabilidade político-social brasileiros, além da intensificação do controle da imigração nos Estados Unidos, foram decisivos para estabelecer as rotas migratórias de haitianos rumo ao Brasil.

O Brasil, ao instaurar uma influência na América Latina, provoca também no imaginário do conjunto dos trabalhadores bolivianos e haitianos a idealização de uma realidade distorcida provocada pela ação conjunta de militares, autoridades civis do Estado e empresas brasileiras (públicas e privadas).

Aos imigrantes, em sua maioria, se apresentam trabalhos degradantes e análogos à escravidão ou bastante precarizados e sem garantia de direitos trabalhistas. Associado a isso, não há uma construção de políticas planejadas de imigração, são apresentadas apenas normativas muito deficitárias em relação à garantia de direitos civis, políticos e trabalhistas dessa população. Faz desta, por conseguinte, um setor fragilizado a condições pouco organizadas de entrada e permanência, bem como de condições inóspitas trabalho que implicam situação de superexploração na cadeia produtiva brasileira.

A resultante dessa superexploração também é consequência da terceirização – em que se pese também o regime de subcontratações de microempresas –, bem como do pouco controle do Estado brasileiro em relação ao trabalho análogo à escravidão. Articula-se a isso a forma branda pela qual as empresas encontradas

nesse tipo situação são submetidas, com multas irrisórias comparadas aos seus lucros líquidos e a imputabilidade dos proprietários e dos gerentes dessas empresas.

As reações dos imigrantes, entretanto, podem ser totalmente distintas: tanto podem querer permanecer no país – mesmo com a situação de trabalho degradante – como podem buscar a volta para seu lugar de origem. A nova Lei de Imigração aprovada em 2017 ainda é muito recente, mas já representa algum avanço em relação ao Estatuto do Estrangeiro, no que se refere ao reconhecimento de certos direitos dos imigrantes, combate ao tráfico de pessoas e à xenofobia. Contudo, como a realidade é um espaço de disputa constante, o avanço do conservadorismo e falso pretexto de “roubo” dos empregos dos trabalhadores locais em períodos de crise podem fazer com que o pouco do avanço conquistado seja perdido.

A análise das particularidades da influência do subimperialismo brasileiro na migração de bolivianos, mas, principalmente, de haitianos, ainda é muito incipiente, dentro das limitações de uma monografia. Assim, um debate mais qualificado e mais aprofundado pode ser preparado posteriormente.

Referências

ANDERSON, Perry. **A política norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

AUDEBERT, Cedric. **The recent geodynamics of Haitian migration in the Americas: refugees or economic migrants**. *In*: Revista Brasileira de Estudos de População. Rio de Janeiro: REBEP, 2017. p.

Brasil. Estatuto do Estrangeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm> Acesso em 3 dez. 2017.

Brasil. Lei de Imigração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art124> Acesso em 3 dez. 2017.

BRASIL DE FATO. **Escravidão de imigrantes em oficina ligada à Marisa**. 25-31 mar. 2010.

BRASIL DE FATO. **Peruanos escravizados produzindo peças da Unique Chic**. 20-26 mar. 2014.

BRASIL DE FATO. **Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil**. 6-12 fev. 2014.

BRASIL DE FATO. **Fiscalização resgata haitianos escravizados em São Paulo**. 28 ago.- 3 set. 2014

BUENO, Fábio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana. **A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea**. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/8667/1/BUENO%20e%20SEABRA%20-%20%20A%20teoria%20do%20subimperialismo%20ANPOCS.pdf>> Acesso em 19 out. 2017.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, [1914] 1984.

CASTELO, Rodrigo. **A “questão social” nas obras de Marx e Engels**. *In*: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Serviço Social/UFRJ, 2010.

DIAS, Áurea. **A nova face da imigração no Brasil no século XXI: trabalho precário e intolerância**. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/12883/9402>> Acesso em 3 de dez. 2017.

DOS SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, [1844] 2010.

FERNANDES, Duval. **O Brasil e a migração internacional no século XXI**: notas introdutórias. *In*: Migrações e trabalho. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 19-40

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. *In*: Temporalis: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001. p. 9-32.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, [1916] 2012.

LUCE, Mathias. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *In*: Crítica Marxista. São Paulo, Editora UNESP, 2013, p. 129-141.

MAGALHÃES, Luis Felipe Aires. **A migração haitiana em Santa Catarina**: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas do Haiti. 2017. Tese (doutorado em demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, [1969] 2014.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. *In*: STEDILE, João Pedro; TRANSPADINI, Roberta (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, [1972] 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – Livro I. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, [1848] 2010.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. *In*: Temporalis: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001. p. 41-50.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, [1992] 2011.

O GLOBO. **Fornecedor da Zara em SP usa trabalho escravo.** 18 ago. 2011.

O GLOBO. **Imigrantes sofrem com trabalho degradante.** 17 ago. 2014.

O GLOBO. **Invasão latina.** 20 set. 2015.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização:** a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

REVISTA POLI: saúde, educação e trabalho – jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde. Imigração: como o Estado brasileiro recebe os estrangeiros que vêm ao país à procura de trabalho. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potência:** entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.